



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE GEOGRAFIA - FACGEO**

RICARDO SANTANA CHAVES

**A CIDADE DA HIDRELÉTRICA: Usina de Belo Monte e a Expansão
Urbana Recente em Vitória do Xingu-PA**

Altamira, Pará

2018

RICARDO SANTANA CHAVES

A CIDADE DA HIDRELÉTRICA

Usina de Belo Monte e a Expansão Urbana Recente em Vitória do Xingu-PA

Monografia apresentado a Faculdade de Geografia
como Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para aquisição de título de Licenciado em
Geografia pela Universidade Federal do Pará– PA.
Orientador: José Queiroz de Miranda Neto.

Altamira, Pará

2018

A CIDADE DA HIDRELÉTRICA

Usina de Belo Monte e a Expansão Urbana Recente em Vitória do Xingu-PA

Elaborado por:

RICARDO SANTANA CHAVES

Como requisito parcial para obtenção do grau de

Licenciada em Geografia

Apresentado em ____/____/____

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Orientador)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Membro)

Prof. Me. Wellington de Pinho Alvarez
(Membro)

Altamira, Pará
2018
AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade de cursar e está concluindo o curso de licenciatura em geografia na Universidade Federal do Pará, no campus universitário de Altamira-Pá.

Aos meus pais (Fernando, Cleonice) pela educação, empenho e incentivo que me atribuíram durante a vida e, não tenho dúvidas em dizer que várias vezes abriram mãos de coisas que poderiam ser suas conquistas, para que as minhas se realizassem.

Aos meus irmãos (Mateus e Cristina) pelo apoio em busca desta conquista e aos laços de afetividade familiar desenvolvido no nosso cotidiano.

A minha tia, Eliana Gomes Chaves que me abrigou durante esta jornada no município de Altamira-PA, durante os períodos de estudos e, mesmo com todas as dificuldades sempre me acolheu com muito amor e carinho.

A minha esposa (Alessandra Aranha) que esteve presente em todos os momentos desta caminhada. Que foi capaz de reter para si muitos dos meus estresses ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Ao senhor Rogerio Soares Pereira que em todos os momentos acreditou que seria possível essa conquista, que, mesmo com toda pressão política presente em torno de sua pessoa, foi capaz de suporta-la e transmitir aos inoportunos a minha ausência.

Ao senhor José Ribamar Cunha Mendonça, pelos conselhos e ensinamentos para realização da pesquisa deste trabalho, por me acompanhar em campo durante a pesquisa.

O que falar de você meu caro amigo, aos longos desses quatro anos foi se tornando um irmão, sempre presente, estávamos sempre juntos na realização dos trabalhos, formamos a dupla que sem sombras de dúvida foi a que mais realizou trabalhos juntos, as brincadeiras, os conselhos, as longas conversas, serão sempre lembranças vivas em meu coração, OSWALDO ISHIGURO.

Ao orientador pelos conhecimentos divididos e cedidos e paciência que foram de suma importância para a realização deste trabalho.

Por fim dedico este trabalho aos meus filhos, Wellyson Juan e Pedro Ricardo, que me contemplam com seus sorrisos radiantes e, torna a minha vida mais feliz.

*A complexidade é uma
Palavra-problema e não
Uma palavra solução.
Edgar M*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formas de obtenção da área.....45

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Área de estudo: município de Vitória do Xingu.....	13
MAPA 2. Mapa de localização e acesso aos canteiros de obras da UHE de Belo Monte.....	18
MAPA 3. Evolução da mancha urbana Vitória do Xingu 2011 a 2017.....	38
MAPA 4. Ocupações na cidade de Vitória do Xingu.....	40

LISTA DE SIGLAS:

ASCOM:	Assessoria de Comunicação.
APP:	Área de proteção Permanente.
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PMVX:	Prefeitura Municipal de Vitoria do Xingu.
SEINFRA:	Secretaria Municipal de Obras, Viação, Infraestrutura, Agricultura e Abastecimento.
SEMAT:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
SEMUTS:	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.
UHE Belo Monte	Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados das ocupações recentes.....	39
Tabela 2 – Ocupações irregulares entre 2013 e 2017.....	44
Tabela 3 – Serviços prestados nas ocupações.....	45

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE MAPAS.....	6
LISTA DE SIGLAS:.....	6
LISTA DE TABELAS.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
CAPITULO I: GRANDES EMPREENDIMENTOS E AS CIDADES PEQUENAS DA TRANSAMAZÔNICA: CRESCIMENTO, EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO	15
CAPITULO II: VITÓRIA DO XINGU ENTRE DIFERENTES MOMENTOS DA HISTÓRIA: DAS OCUPAÇÕES INICIAIS À SEDE DA USINA HIDRELÉTRICA	22
CAPITULO III: EXPANSÃO URBANA RECENTE E OCUPAÇÕES IRREGULARES EM VITORIA DO XINGU	28
3.1 PLANEJAMENTO E OCUPAÇÕES URBANAS EM VITÓRIA DO XINGU.	30
3.2 A EXPANSÃO URBANA RECENTE	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES	54

RESUMO

Atualmente, grande parte da população amazônica constrói moradias em locais considerados inadequados, tanto por parte da irregularidade fundiária quanto pelo risco de ocupar áreas ambientalmente impróprias para moradia e ausentes de serviços urbanos. Este estudo busca determinar quais fatores contribuíram para o surgimento de ocupações irregulares em perímetro urbano da cidade de Vitória do Xingu-PA entre 2013 e 2017. A compreensão deste problema exige uma análise destes empreendimentos nas pequenas cidades amazônicas, sobretudo com base nos fundamentos de Oliveira e Schor, (2008), verificando os fatores que corroboram para o surgimento dessas ocupações. A escolha do marco inicial da análise no ano de 2013 se justifica pelo fato de neste ano surgir à primeira ocupação na sede do município. Desse modo, mesmo com a obra já em execução há mais de dois anos, os impactos da expansão urbana começaram a brotar na cidade de Vitória do Xingu no ano de 2013. Pela obra ser distante da sede da cidade (em torno de 90 km) e por terem sido construídas vilas para abrigar a mão de obra, a primeira leva de trabalhadores que chega ao município consegue se alojar nas vilas residenciais construídas nas proximidades dos canteiros da obra. Apenas anos depois, quando mais pessoas migraram espontaneamente ao município em busca de emprego, é que a expansão urbana na cidade de Vitória do Xingu se tornou mais evidente.

Palavras Chaves: Ocupações irregulares. Cidade de Vitória do Xingu. UHE Belo Monte. Expansão Urbana. Amazônia.

INTRODUÇÃO

O déficit habitacional é um dos problemas que mais preocupa as famílias brasileiras e tal fenômeno também atinge as cidades pequenas da Amazônia em diferentes proporções, incluindo o município de Vitória do Xingu. A Participação Comunitária dos representantes nos processos de decisão, implantação e manutenção da UHE Belo Monte, compromete os atingidos e não atingidos pela obra, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, além de propiciar a manifestação positiva da população contemplada com moradias durante o empreendimento, a exemplo da mão de obra alocada em vilas residenciais. A população não atendida, por sua vez, propõe intervenções adequadas às suas necessidades e à sua realidade sociocultural. Neste trabalho, será possível identificar a exclusão de pessoas durante a construção da obra, que fazem de áreas periféricas da cidade de Vitória do Xingu um chão necessário para sua moradia.

A UHE de Belo Monte teve início de seus estudos em 1975, onde a empresa Eletronorte realizou o mapeamento dos locais de barramentos. Já em 1980, começam os estudos para a construção do complexo hidrelétrico de Altamira, com as usinas babaquara e kararaô. A última deu origem a UHE a Belo Monte. Devido aos altos impactos de remoção que seriam causados aos indígenas, novamente é paralisado a viabilidade de construção da usina. Em 1989, começa os estudos de viabilidade para construção da UHE de Belo Monte, no entanto divergências sobre os impactos socioambiental, levaram a suspensão do financiamento da obra. Em 1994, há uma revisão dos estudos de viabilidade, com uma diminuição na área de inundação.

Em fevereiro de 2010 o IBAMA concede licença, prévia da obra. Em abril de 2010 o governo federal realizou o leilão de concessão de construção da UHE de Belo Monte. Em junho de 2011 o IBAMA emite licença de instalação de N° 795/2011, no qual permite o início da obra e, em novembro de 2015, o IBAMA concede a licença de operação de N° 1317/2015. No dia 5 de maio de 2016 é inaugurada a fase de operação da UHE de Belo Monte. A companhia Norte Energia S.A é responsável pela construção da mesma (Norte Energia, 2018).

Uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a UHE de Belo Monte tem capacidade instalada de 11.233 MW. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) essa energia representará 33% da expansão de capacidade do país prevista para o período 2015-2019, equivalente ao abastecimento de 18 milhões de residências (60 milhões de pessoas) ou correspondente ao consumo das regiões Sul e Nordeste juntas, que

hoje representa 10% do consumo nacional. A execução do projeto também se associa ao crescimento da produção da indústria brasileira, uma vez que 98% dos equipamentos utilizados são de fabricação nacional.

Esta pesquisa tem como foco de investigação a análise das ocupações irregulares em perímetro urbano na sede do município de Vitória do Xingu, ocasionadas pela influência da UHE Belo Monte no município. Pretende-se, desse modo, demonstrar a alteração do espaço urbano em função da atração de pessoas a procura de empregos no empreendimento, verificando as formas de ocupação do solo e os atores sociais envolvidos na produção das ocupações irregulares.

Essas áreas são ocupadas, na sua maioria, de forma irregular, por populações predominantemente de baixa renda, que residem em locais com ausência de infraestrutura e saneamento básico, sendo expressiva a ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés.

Mesmo com a implantação de um grande projeto na pequena cidade de Vitória do Xingu, esta continua sem destaque e reconhecimento nacional. Entre 2010 a 2019, que compreende o período estipulado de início e de conclusão da UHE Belo Monte, pouco se fala da importância do município tanto no âmbito de recursos naturais, fator primordial para o surgimento do projeto, quanto no sentido de que a maior obra em construção do país se encontra em Vitória do Xingu. A obra em si ganhou mais destaque no cenário nacional, devido às oportunidades de emprego que a mesma oferecia, do que o próprio município de construção da UHE Belo Monte.

Este estudo busca determinar quais fatores contribuíram para o surgimento de ocupações irregulares em perímetro urbano da sede do município de Vitória do Xingu-PA no período entre 2013 e 2017. A escolha do marco inicial da análise no ano de 2013 se justifica pelo fato de neste ano surgir a primeira ocupação na sede do município. Desse modo, mesmo com a obra já em execução há mais de dois anos, os impactos da expansão urbana começaram a brotar na cidade de Vitória do Xingu no ano de 2013. Pela obra ser distante da sede da cidade (em torno de 90 km) e por ter sido construídas vilas para abrigar a mão de obra, a primeira leva de trabalhadores que chega ao município consegue se alojar nas vilas residenciais construídas nas proximidades dos canteiros da obra. Apenas anos depois, quando mais pessoas migraram ao município em busca de emprego, é que a expansão urbana na cidade de Vitória do Xingu se tornou mais evidente.

Entende-se que há uma relação direta entre o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte e as ocupações irregulares em perímetro urbano na sede do município de Vitória do Xingu-PA, pois além do atrativo de emprego oferecido pela obra no município, outro fator importante é a quantidade de recursos que a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu (PMVX) passa a arrecadar, quando a obra se inicia. Estes recursos adquiridos pela PMVX (a maioria oriundos de impostos) possibilita a prestação de serviços nos espaços urbanos da cidade (jardinagem, calçadas, iluminação pública, entre outros). Mediante os recursos recebidos, inicia-se um movimento de empresas contratadas pelo órgão público municipal, criando uma dinâmica até então desconhecida na cidade, atraindo cada vez mais pessoas (SEINFRA, 2017).

Para dar maior fundamento à análise proposta, recuperam-se alguns pontos sobre as diferentes formas de produção do espaço da cidade de Vitória do Xingu ao longo da história. O rio Tucuruí foi um importante influenciador da formação desta história, além de ser um afluente do rio Xingu e por possuir sua desembocadura no rio Xingu. O porto vitória onde atualmente se encontra localizada a sede do município, fica às margens do rio Tucuruí. Durante a economia da borracha, a produção realizada pelos coronéis na vila de Altamira precisava ser escoada para outros municípios, já que a maneira mais eficiente era exportar pelo porto vitória no rio Tucuruí, onde a mesma, por meio de navegação chegava até o rio Xingu e seguia seu trajeto. O atual município de Vitória do Xingu era vinculado ao município de Senador José Porfírio, posteriormente distrito do município de Altamira, até ser desvinculado e tornar-se município com nomenclatura de Vitória do Xingu (IBGE, 2018).

Desde seu surgimento, Vitória do Xingu foi se caracterizando como uma pequena cidade da Amazônia, por ser uma das cidades dispersas na floresta e, principalmente, pelo fato de a maior parte da população não possuir vínculo econômico retirado diretamente do centro urbano. Nesta, as populações inicialmente buscavam suas economias na pesca e no extrativismo, aos longos rios e nas densas florestas (Sathler; Monte-Mor; Carvalho; 2009). No entanto, Vitória do Xingu passa a ser de extrema importância nos últimos anos, por se destacar como um atrativo de migração para pessoas de diferentes lugares, justamente porque a cidade passa a receber um grande projeto que estimula o crescimento urbano. Essa migração ocasionou na sede do município o surgimento de uma cidade com características bem diferentes, além da expansão urbana recente por meio das ocupações irregulares, que é o foco desta pesquisa.

Entender a relação entre sujeito e objeto nos remete a dialética que se impõem aos objetos, de modo que só é possível estudar a modificação do espaço urbano buscando entender que o pesquisador está influenciando nesta transformação. Para Alves (2010), o materialismo histórico e dialético é um método de compreensão da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Com base na colocação de Alves (2010), pode-se analisar que as influências econômicas e políticas movidas pelo capital ocasionam a relação entre objeto e a sociedade, materializando assim a produção do espaço em diferentes períodos da história. Mostrar as fases de surgimento do município de Vitória do Xingu nos remete a reviver a história da cidade e entender as diferentes modificações pela qual passou a mesma.

O levantamento de dados referentes às ocupações irregulares da cidade de Vitória do Xingu foi possível mediante aos estudos realizados pela competência do Setor de Demarcação de Terras da Secretaria municipal de Obras, Viação, Infraestrutura, Agricultura e Abastecimento (SEINFRA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social (SEMUTS), e Assessoria de Comunicação (ASCOM) de Vitória do Xingu. A coleta destes dados serviu como panorama para a realização desta pesquisa e auxilia nos diálogos com autores que tratam sobre o tema proposto.

A visita em campo se faz necessário devido a maior precisão nas aquisições dos dados para complemento desta pesquisa. Nestas visitas serão aplicados questionários para os ocupantes no intuito de melhor compreender os reais fatores que os fizeram ocupar áreas irregulares e ausentes de serviços urbanos.

Para melhor subsidiar esse levantamento e esclarecer os leitores sobre a identificação da área de estudo, utilizou-se as representações do espaço obtidas por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIGs), com imagens de satélites, fotografias e mapas temáticos que representam o espaço urbano anterior a 2013 e a expansão da mancha urbana até 2017. Foram utilizadas as imagens de satélite da mancha urbana, conforme a disponibilidade da mesma, nos anos de 2011, 2015 e 2017. Mesmo não havendo imagens disponíveis para o ano que a pesquisa se objetiva, isto não implicara em distorções no resultado, pois a primeira ocupação surge apenas em 2013, considerando que não houve aumento expressivo da mancha urbana em 2011 e 2012.

O presente estudo foi desenvolvido no município de Vitória do Xingu-PA, com um recorte dedicado à sede do município ou ao que denominamos, para fins de análise, de cidade de Vitória do Xingu. A mesma fica localizada na mesorregião do sudoeste paraense e na

Microrregião de Altamira (IBGE). Este município tem suas dinâmicas sociais e espaciais modificadas através do capital agindo diretamente nas transformações do espaço urbano, notadamente devido à UHE Belo Monte, que se encontra em construção no município desde 2011.

Como bem caracteriza a lei orgânica do município de Vitória do Xingu, nosso estudo se restringir apenas as ocupações irregulares surgidas na sede do município e, segundo a lei orgânica do município, esta diz que a sede do município é a cidade de Vitória do Xingu. Na lei em questão define-se a estrutura e organização do município, para elucidar e fincar como valor teórico a área de estudo desta pesquisa.

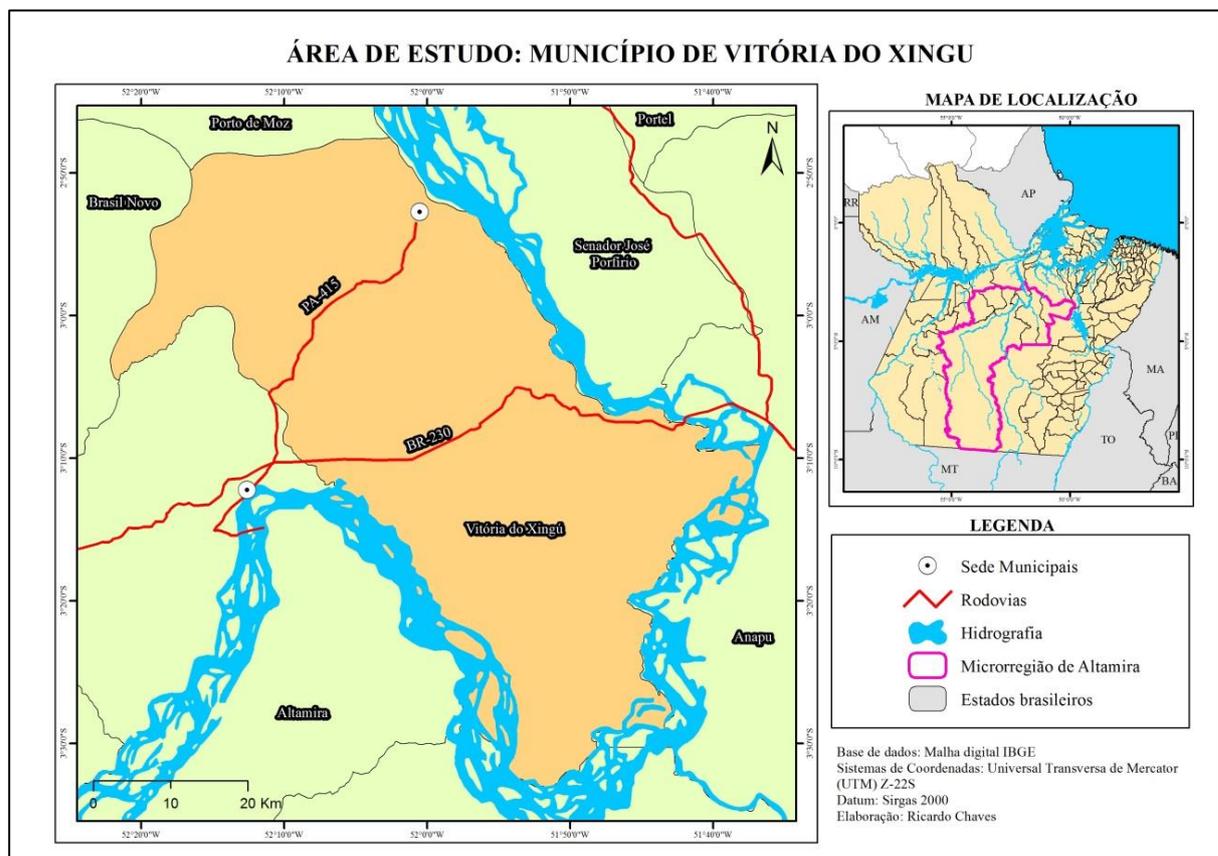
Art. 7º A organização político-administrativa do Município de Vitória do Xingu compreende a cidade e os distritos.

§ 1º. A cidade de Vitória do Xingu é a sede do Município.

§ 2º Os distritos terão os nomes das respectivas sedes, cuja categoria é a de Vila.

§ 3º A criação, organização e supressão de distritos obedecerão a Lei Complementar Estadual.

No Mapa 1 caracterizamos a localização do município de Vitória do Xingu na Microrregião de Altamira, assim como a localização da cidade de Vitória do Xingu.



Mapa 1 – Área de estudo: Município de Vitória do Xingu.
Autor: Chaves (2018).

O presente mapa representa informações que permitem o leitor a identificar o local onde as transformações ocorreram em perímetro urbano da sede do município de Vitória do Xingu. O município de Vitoria do Xingu é atravessado pela BR-230, a popularmente conhecida Rodovia Transamazônica, e por uma rodovia estadual, a PA-415, que dá acesso à cidade em estudo. O rio Xingu, local onde ocorre a construção da UHE Belo Monte, é um fator natural de delimitação do município de Vitória do Xingu em relação aos municípios de Altamira, Anapu e Senador José Porfírio.

CAPITULO I

GRANDES EMPREENDIMENTOS E AS CIDADES PEQUENAS DA TRANSAMAZÔNICA: CRESCIMENTO, EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO

Vitória do Xingu tem características de cidade pequena. Conforme relata Oliveira (2017), a cultura das pequenas cidades da Amazônia Brasileira esta intrinsecamente ligada aos rios e as florestas. Elas não se destacam politicamente e economicamente, porém pulsam modos de vida diferentes das demais cidades, e pouco possuem características urbanas. Assim, a pequena cidade de Vitoria do Xingu tem sua cultura ligada aos rios Tucuruí e Xingu e à floresta amazônica. Do ponto de vista regional, trata-se uma cidade pouco influente e se destaca economicamente apenas a partir de 2010 com a construção de UHE Belo Monte, momento em que recebe recurso proveniente de impostos e, infraestrutura urbana nos bairros já existentes na cidade.

Segundo Oliveira e Shor (2008) as pequenas cidades da Amazônia são excluídas de debates que tangem os impactos para o espaço urbano, pois as grandes agências internacionais e nacionais sempre analisam as cidades como uma floresta pura a ser explorada. É como se o espaço urbano das pequenas cidades “não fossem importantes ou mesmo não existissem” (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p.19).

O processo de urbanização das pequenas cidades da Amazônia passou a ser relevante e este assunto ganhou muito destaque nas últimas décadas, principalmente com a expansão de grandes projetos intitulados como de desenvolvimento. Os grandes projetos, ao se implantarem nas pequenas cidades da Amazônia, transformam o espaço e modificam as relações territoriais existentes.

As pequenas cidades da Amazônia podem até não possuir e nem desempenhar um destaque significativo na visão geral do nosso país, mais para a região Amazônica a soma de todas as cidades consideradas pequenas pelo IBGE, ocupam aproximadamente 82% do território da Amazônia legal (Costa et al, 2014).

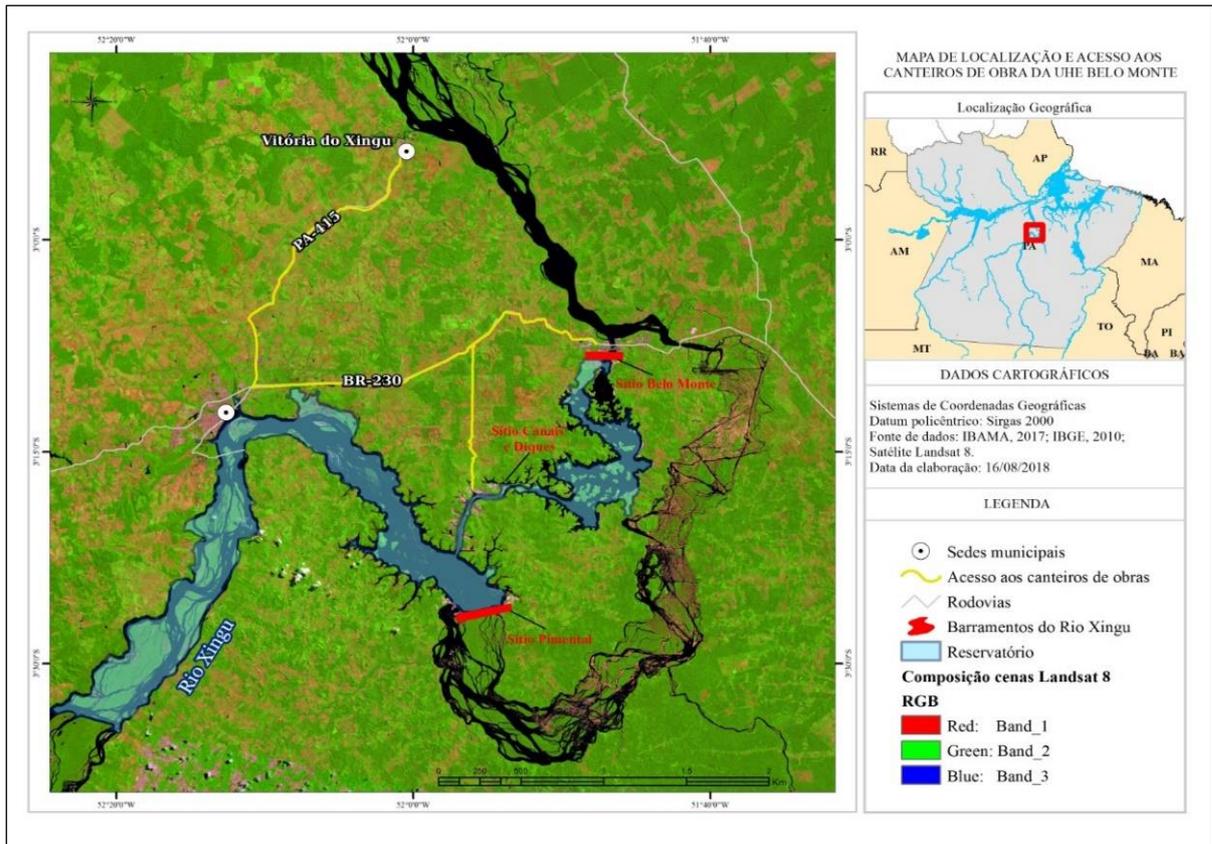
Tais cidades também carecem de serviços urbanos, principalmente na região amazônica, uma vez que, em geral, vivem da transmissão de recursos para os municípios por parte dos governos federal e estadual (Costa et al, 2014). Estas cidades possuem baixa capacidade para suprir os serviços urbanos adequados à população. Vitoria do Xingu sofre uma transformação em seu espaço a parti de 2010 com a UHE Belo Monte, quando surgem

equipamentos e serviços urbanos para atender a população que já residia no município, no entanto não houve um planejamento suficiente para receber pessoas que se deslocaram para o município há procura de fixar moradia e conseguir emprego na obra, fato que ocasionou as ocupações irregulares em torno da cidade.

Segundo Campos, Gontijo e Morais (1970) “a Amazônia compunha um imaginário de conquista e a construção da Transamazônica reforçava essa ideologia do Brasil grande e desenvolvido”. Neste contexto, destaca-se o papel fundamental da BR 230 para o surgimento de cidades ao longo da rodovia transamazônica e ocupação do território. Dentro de sua extensão, a BR 230 é injetada de várias rodovias estaduais, que juntamente com os rios dinamizam os fluxos comerciais até pequenas cidades da Amazônia. Segundo Sathler (2012) a Amazônia era caracterizada por pequenos aglomerados urbanos e estes possuíam apenas canais de drenagem para se conectarem entre si. No entanto ao longo da história deste município em questão, a rodovia Ernesto Acioly foi a principal via terrestre para se chegar à sede do município de Vitória do Xingu.

Segundo Almeida (2016), no dia 08 de janeiro de 1908 é inaugurada a Rodovia Ernesto Acioly que, segundo o autor, é a mais antiga do estado do Pará (ALMEIDA, 2016) fica localizada em Altamira e ligava a sede do município de Altamira ao porto Vitória, atual sede do município de Vitória do Xingu. A rodovia contempla uma extensão de 46 quilômetros e, atualmente, corresponde ao trecho da PA-415, não deixando de existir um trecho de sua extensão atualmente na sede do município de Altamira.

Mesmo com a sede do município de Vitória do Xingu sendo distante do local de construção dos principais canteiros da UHE Belo Monte, mais de 80% da obra acontece no município de Vitória do Xingu. Próximos aos canteiros, foram criadas vilas residenciais com uma infraestrutura urbana adequada para atender e receber a mão de obra do projeto. Destaca-se a importância das rodovias para deslocamento como acesso da mão de obra até o empreendimento. Os trabalhadores que residiam na sede do município se deslocavam pela rodovia estadual, a PA-415, e logo em seguida pela Transamazônica (BR-230). Depois, seguiam em outros acessos nas vicinais do Município de Vitória do Xingu (km 27 e km 55). Pelo km 27 se chegava aos canteiros Canais e Diques, e ao canteiro Pimental, no km 55 a via de acesso até o Sítio Belo Monte. No que diz respeito a estas vicinais elas foram contempladas por asfalto, no intuito de tornar o acesso mais fluído até os canteiros. No Mapa 2, é possível visualizar as vias de acesso até os principais canteiros (Sítio Belo Monte e Sítio Pimental).



Mapa 2 – Mapa de Localização e acesso aos canteiros de obra da UHE de Belo Monte.
Autor: Chaves (2018).

A urbanização da Amazônia no século XX está ligada ao período de ditadura militar no objetivo de integrar e explorar a riqueza contida na região norte. Mesmo com projetos de grandes impactos ao meio ambiente, a urbanização continua a crescer conforme relata Nogueira (2010):

A urbanização da Amazônia, a partir da segunda metade do século XX, apesar dos impactos ao meio ambiente, proporcionados pela proliferação desordenada de novas cidades e suas escassas condições de habitabilidade, continua a avançar. Ocasionalmente ocupações irregulares no espaço urbano, criando situações de insalubridade e insegurança, tendo como resultado comunidades que vivem precariamente.

A UHE Belo Monte é um dos grandes projetos de desenvolvimentos implantados na Amazônia, como forma de integração da região na economia nacional. A obra em questão tem contribuído para o processo de urbanização e reestruturação de cidades como Altamira e Vitória do Xingu. No entanto, este projeto carrega consigo um aumento populacional que implica em ocupações irregulares em espaço urbano, como diz Nogueira (2010, p. 35) os empreendimentos “não vêm acompanhados de serviços e equipamentos públicos adequados

para suprir as necessidades essenciais de homens e mulheres, que erguem suas casas em locais inadequados para a vida humana”.

Para Shor (2013), os grandes projetos chegam às pequenas cidades da Amazônia sem conhecer as realidades das cidades e, ao se instalarem, modificam a realidade e a dinâmica a qual o município se encontra adaptado. No caso da cidade de Vitória do Xingu, a partir de 2010 a sua dinâmica espacial e territorial é completamente transformada com a chegada da UHE Belo Monte, pois chegam maquinários, pessoas, e se constroem novas relações sociais e culturais, dentre outros fatores que modificaram a estrutura da cidade.

Apesar das ocupações da sede do município estarem dentro do perímetro urbano estipulado pela lei 016/1993, a irregularidade fundiária dos terrenos é uma questão de grande debate entre a sociedade e os representantes do município, uma vez que usam da irregularidade do terreno para não prestar serviços urbanos e isto amplia o processo de segregação. Como afirma Maricato (2003, p. 155) quanto à irregularidade fundiária, “esta parece fornecer, frequentemente, uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade”.

Na região amazônica, a maioria da mão de obra disponível é despreparada para exercer função em máquinas de alta tecnologia e serviços especializados de engenharia, motivo pelo qual os funcionários qualificados vêm de outras regiões. Devido a isto, a massa trabalhadora precisa se submeter a empregos inferiores por não possuir qualidade suficiente para exercer a função, na fala de Santos (2009, p. 82) as “atividades de tecnologia intensiva, o emprego de trabalhadores altamente especializados exige o pagamento de salários elevados. Esses trabalhadores não são facilmente substituíveis, o que lhes dá um poder de barganha muito grande”. No caso da construção da UHE Belo Monte, houve alguns cursos preparatórios no intuito de qualificar e absorver a maior mão de obra possível da região.

Muitas das ocupações irregulares em perímetro urbano estão atreladas aos grandes empreendimentos implantados na Amazônia, pois os municípios são precários de infraestrutura e sem condições espaciais e sociais para receber grandes empreendimentos. No que diz respeito à usina de Tucuruí, Nogueira (2010, p. 16) afirma “com o anúncio do começo das obras de construção da usina houve um expressivo aumento populacional e, por conseguinte, maior pressão sobre a precária infraestrutura urbana”.

A expansão urbana que decorre dos grandes projetos na Amazônia é, em grande parte, advinda de ocupações irregulares em torno da cidade. São pessoas que se submetem a viver em locais distantes dos serviços urbanos, além de encontrar lotes com preços mais acessíveis,

e muitos destes lotes são adquiridos por empresários afins de, futuramente, utilizar para a especulação imobiliária, conforme relata Souza e Pereira (2008):

Maior parte da população que se encontra nessas áreas, são famílias de baixa renda que chegam à cidade em busca de melhores condições de vida. Nessas localidades os lotes, irregulares, são vendidos a preços baixos sem registro de compra e venda no cartório. Muitos são comprados por moradores dos bairros consolidados para uma especulação imobiliária futura. O preço elevado dos lotes está ligado à ausência de áreas adequadas para expansão urbana, que é dificultada pela peculiaridade geográfica.

Para Nigro (2007), a concentração da riqueza é privilégio de poucos, esta concentração gera espaços diferenciados. Estes espaços condenam pessoas a viverem em lugares completamente degradados, sem habitação digna, sem saneamento, sem áreas de lazer, sem segurança, saúde e educação. Trata-se não apenas de uma exclusão de classes sociais, mas também entre a mão de obra qualificada e não qualificada dos grandes projetos.

Os grandes projetos ocasionam uma segregação entre pessoas de diferentes perfis, pois a mão de obra qualificada tende a ocupar áreas com garantias de serviços urbanos capazes de satisfazer e atender as expectativas ao seu modo de vida, diferente dos trabalhadores não qualificados que sofrem um processo de exclusão total dos benefícios da cidade, por ocuparem áreas geograficamente distantes e ausentes dos serviços urbanos. Becker (1990, p. 63-64) relata que a “presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificado”. No entanto, na sede do município de Vitória do Xingu não houve planejamento de bairros. As ocupações surgiram mediante as necessidades das pessoas por moradias, refletindo um completo descaso do grande projeto e do poder público.

As cidades são espaços que atraem imigrantes e elas naturalmente se expandem com a chegada de novas funções. As pequenas cidades da Amazônia são cidades que surgem espontaneamente e apresentam falhas em relação ao seu projeto. Isto gera uma desigualdade nos espaços urbanos, principalmente por não haver um planejamento da expansão urbana. Trindade (2017) afirma que [...] determinadas localizações na cidade são muito mais bem equipadas e vantajosas do que outras, e, por isso, muito mais valorizadas. Essa valorização pode ocorrer mediante os benefícios que o espaço recebe, pode ser uma área bem localizada para a atividade econômica, no entanto se houver uma exclusão social e de equipamentos urbanos, esta área pode não ser útil para outras atividades. No que dizem respeito às ocupações irregulares, estas são áreas sem valorização do ponto do mercado e do poder público, por constituírem elementos que se excluem da dinâmica urbana.

A segregação pode ser vista pelo afastamento de classes sociais em lugares e bairros distantes do centro urbano e de áreas mais valorizadas da cidade. A UHE Belo Monte e a PMVX têm um papel importante na exclusão das classes, principalmente no que tange a prestação dos serviços urbanos, pois ambas priorizaram os investimentos e melhorias apenas nos bairros já existentes na sede do município, ignorando o surgimento de novos bairros e ocupações que surgiram, e principalmente por não tomar medidas preventivas para evitar o surgimento de ocupações irregulares em torno da cidade.

Segundo Maricato (2002), no Brasil entre 1995 e 1999 foram construída mais de 4,4 milhões de moradias, desta quantidade apenas 700 mil habitações foram planejadas obedecendo aos requisitos que suprem o mínimo para a moradia, o restante foram construções realizadas em áreas ocupadas e inadequadas tanto de equipamentos urbanos quanto de sua localização geográfica. Essas construções realizadas em ocupações, geralmente são em áreas periféricas, e possui uma irregularidade fundiária, um dos primeiros elementos utilizados pelo poder público para a não realização dos serviços, mostrando assim sua ineficiência na expansão urbana dos municípios.

Para Costa et al (2014, pag. 129) as pequenas cidades da Amazônia têm seu processo de expansão urbana ligado há irregularidade fundiária, o crescimento urbano é rarefeito e “as ocupações urbanas não são regularizadas – fatos que se refletem na qualidade de vida da população”, onde poucos conseguem se beneficiar da qualidade dos serviços ofertados.

Pequenas cidades da Amazônia representam através de recursos naturais fornecimentos de matéria-prima para os grandes polos industriais, estas surgem ao longo de rodovias e rios, mantem seu modo de vida predominante da floresta e do rio. A urbanização destas cidades sempre carente de serviços básicos, quando ocorre é geralmente forçado por um grande empreendimento e, quando contempla alguns, surgem novas ocupações irregulares que passam a ser segregadas e não contemplados com serviços necessários para a existência da vida humana, germinando uma desigualdade nos espaços urbanos.

CAPITULO II

VITÓRIA DO XINGU ENTRE DIFERENTES MOMENTOS DA HISTÓRIA: DAS OCUPAÇÕES INICIAIS À SEDE DA USINA HIDRELÉTRICA

O processo de ocupação na Amazônia é marcado por períodos históricos de exploração aos longos dos séculos. Neste processo, uma das atividades extrativistas de maior destaque corresponde ao período de exploração da borracha. Para Santos (2013), nesses períodos faltava densidade econômica e demográfica para a região, sem esses dois elementos e sem a capacidade técnica não se desenvolveram grandes núcleos urbanos. No entanto, a ocupação do espaço amazônico é relativa. Os espaços são ocupados ou produzidos diante de suas abrangentes riquezas que só recebem um teor técnico elevado quando são implementados grandes projetos (hidrelétrica, mineração, dentre outros).

O Surgimento do município de Vitória do Xingu está ligado intrinsecamente aos coronéis que vinham para a Amazônia explorar a borracha, a castanha, a juta e outros produtos presentes na região (SILVA, 2016).

Segundo Almeida (2016) o Coronel José Porfirio de Miranda Neto, grande seringalista da região, construiu casas no porto vitória para alojar seus homens, que vinham para explorar os produtos no curso do rio Xingu. Na época, vitória do Xingu era apenas um povoado e pela insistência de Napoleão Almeida (um dos administradores do povoado) na assembleia legislativa do estado do Pará, houve a elevação de povoado de Vitória à vila e, posteriormente, à criação do município de Vitória do Xingu. Esta ação política se intensificou com os ex-prefeitos de Altamira-PA, pois os mesmos não concordavam com a ideia de criação do referido município. Almeida (2016) afirma que o “porto de Altamira sempre foi Vitória”, mostrando, assim, a importância do porto vitória para a cidade de Altamira.

Devido à curva extensa que o rio Xingu tem em seu curso natural e as cachoeiras apedrejadas, tornava-se dificultoso navegar por aquele trecho do rio. Estes obstáculos fizeram-se necessário criar uma picada na selva amazônica, entre o rio Tucuruí (onde se criou o porto vitória) e o rio Xingu (onde se encontrava a vila de Altamira). Por esse caminho, tornava-se possível trafegar por via terrestre e chegar novamente até o rio Xingu, onde se encontrava a vila de Altamira, a mais influente da região do Xingu (MIRANDA NETO, 2016).

Ainda no século XVII, foi construído pelos padres jesuítas um caminho na mata com o objetivo de ocupar o território e dominar os povos nativos. O coronel Raimundo José de

Sousa Gaioso foi o responsável por executar o alargamento do trecho ao longo da selva. Desse modo seria mais breve fazer a escoação da matéria prima explorada pela picada até o rio Tucuruí, de onde a matéria poderia voltar ao curso do rio Xingu novamente por meio da navegação. O domínio dos coronéis, com destaque ao coronel Gaioso, passa a ter relevante importância sobre o processo de ocupação do rio Xingu, incluindo o atual município de Vitoria do Xingu (MIRANDA NETO, 2016, p. 98-99).

O município de Souzel¹ compreendia como área territorial os atuais municípios de Altamira, Vitoria do Xingu até próximo a Porto de Moz. O município de Altamira se desmembra de Souzel pela lei estadual N° 1.234 de 06 de novembro de 1911 e torna-se município. O atual município de Vitoria do Xingu, pela lei estadual de 1.139 de 11 de maio de 1965, é elevado a distrito de Altamira e desvinculado do município de Souzel. Altamira em sua divisão territorial ficou constituída de dois distritos: Vitoria (porto vitória) e Altamira. Somente em 1991 pela lei estadual de 5.701 de 13 de dezembro de 1992 se desmembra o distrito de Vitoria do município de Altamira e elevado à categoria de município de Vitoria do Xingu (IBGE, 2017).

O município de Vitoria do Xingu segundo o último dado censitário de 2010 do IBGE tinha uma população de aproximadamente 13.431 pessoas, com uma densidade demográfica de 4,35 habitantes por Km². Quanto à ocupação de seu território em perímetro urbano, a cidade apresenta 28,9% de seus domicílios com esgotamento sanitários adequados, 73,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e somente 2,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (Energia, presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio). Um percentual elevado de pessoas esta intrinsecamente ligada à zona rural, com 8.069 pessoas residindo, e 5.362 residem em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Onde um dia foi o trecho de maior dificuldade de ocupação devido à navegação do rio Xingu, a “volta grande do Xingu” com suas cachoeiras cheias de pedras atualmente se encontra em construção a usina hidrelétrica de Belo monte, situada no município de Vitoria do Xingu (MIRANDA NETO, 2016).

A Figura 1 representa bem o que Almeida (2016) afirma, a importância do porto vitória, não somente para a cidade de Altamira, mas sim para a construção da UHE Belo Monte. A figura 1 mostra a chegada dos primeiros maquinários na sede do município, estas máquinas juntamente com a ação do homem modifica o ambiente do município de vitória do Xingu, muitas destas máquinas até o momento desconhecida pela população. Ao se aportar na

¹ O município de souzel teve alteração na sua nomenclatura e atualmente é o município de Senador José Porfirio.

sede do município, posteriormente os maquinários se deslocavam até o local de construção da usina, situada aproximadamente a 90 km da sede do município (verificar Mapa 2).



Figura 1 - Desembarque de máquinas no Porto Vitória em 2011.
Fonte: Almeida (2016)

Os diferentes momentos que a cidade de Vitória do Xingu tem em sua história, sempre foi bem registrada por um dos poucos escritores do município. Em sua obra “Vitória do Xingu e sua História”, Demerval Almeida sempre fez questão de registrar esses momentos para se manter viva a história deste lugar. A figura 2 mostra as primeiras casas de força de energia elétrica que a cidade possuiu, onde antes se teve dificuldade por energia elétrica, atualmente nesta cidade se encontra em construção a maior usina hidrelétrica do país (SILVA, 2016).



Figura 2 - Casas de Força elétrica da cidade de Vitória do Xingu em dois momentos (1997 e 2007).
Fonte: Almeida (2016)

Para elucidar as transformações que ocorreram na cidade de Vitória do Xingu, faz-se necessário a utilização de alguns registros fotográficos. A orla da cidade foi um dos lugares que mais se modificou ao longo dos anos, mudança esta que sempre ocorreu buscando atender

os anseios da população em torno da melhoria, para escoar a produção e receber produtos por meio de embarcações (SILVA, 2016). A figura 3 registra momentos diferentes e o local onde foi construído a orla da cidade, em 1993 e 2011, já no início da construção da UHE Belo Monte. A figura 4, por sua vez, mostra a orla registrada em 2018, exemplifica bem a mudança que foi realizada na cidade em poucos anos, no entanto esses benefícios não alcançaram as ocupações que surgiram na sede do município.



Figura 3 - Orla da cidade de Vitória do Xingu, 1993 e 2011.
Fonte: Almeida (2016)

Como afirma Silva (2016) antes da UHE Belo Monte, as ruas eram esburacadas, as calçadas eram defeituosas (quando existiam), as redes de esgotos eram insuficientes, a cidade não possuía água encanada, entre outras degradações. No entanto, com o empreendimento no município, há uma variação deste cenário, as praças e jardins foram revitalizados, criou-se um padrão nos passeios da cidade, um padrão de infraestrutura que não se denota nas ocupações que surgiram na cidade (SEINFRA, 2017).

Esta mudança que é visível na figura 4, em um curto período de tempo foi possível devido o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte que a cidade recebeu. O rápido processo de urbanização, que a cidade recebe, oferece uma melhoria na cidade e na qualidade de vida, apresentando uma inovação até então desconhecida. As mudanças proporcionadas pelo empreendimento, destaca-se as que opera como elementos que permitem as transformações sociais (praças, orla), no qual as necessidades das pessoas que vivem, e se locomovem no espaço urbano.



Figura 4 - Orla da cidade de Vitória do Xingu em
Fonte: Chaves (2018)

Vitória do Xingu um humilde e pacato lugar, uma cidade de grande valor e respeito, hoje reconhecida não somente por uma pequena cidade da Amazônia, mas por ser a cidade de construção da UHE Belo Monte, e mais uma com ciclo econômico curto, que floresce o desenvolvimento que o capital oferece e logo depois desaparece, o espaço da cidade transformou-se, é de fato as ações previstas para o município se concretizando, não se discute a qualidade dos serviços que geram a transformação do espaço urbano da sede do município.

CAPITULO III

EXPANSÃO URBANA RECENTE E OCUPAÇÕES IRREGULARES EM VITORIA DO XINGU

As condições negativas que existem nas ocupações irregulares, juntamente com o que fala Santos (2009) na “qualidade inferior” destes ocupantes, segregam estas pessoas a se submeterem a qualquer trabalho, homens, mulheres que não conseguiram empregos e nem se alojar nas vilas da obra, tendem a ocupar áreas insalubres, podendo adquirir doenças, sofrer consequências em suas residências, sem estrutura adequada a suportar as pressões impostas pela natureza. Nesse caso, a pobreza urbana afeta a mão de obra, além de aumentar a taxa de exploração dos pobres (SANTOS 2009).

Ao analisar a colocação de Santos (2009) sobre a pobreza na sociedade, percebe-se que esta tem sua importância dentro da sociedade. Geralmente são os pobres que ficam isolados da dinâmica urbana, estão distantes e ausentes dos serviços públicos. É como se os poderes públicos vendassem os olhos, para estas pessoas, que por sua vez ficam a margem da sociedade.

Cabe salientar a intensidade que a cidade foi influenciada para transformar o espaço urbano, mesmo com uma defasagem temporal que existia entre a cidade de Vitória do Xingu e os grandes centros urbanos, rapidamente são eliminadas pela instantaneidade dos acessos as informações e tecnologias a partir de 2010. A facilidade desses acessos modificou rapidamente as dinâmicas urbanas, portanto devemos reconhecer as especificidades da cidade.

Segundo Yamawaki (2011) as cidades brasileiras sofrem com problemas de infraestrutura básica, deficiência nos serviços públicos, déficit habitacional, violência urbana e questões relativas a desigualdade social. No que tange a cidade de Vitória do Xingu, esta colocação é claramente perceptível no período anterior ao início da obra e as mudanças promovidas no espaço urbano até então existentes vem como forma de compensação aos impactos produzidos pela UHE Belo Monte, no entanto surge um novo espaço urbano no perímetro urbano da cidade.

3.1 PLANEJAMENTO E OCUPAÇÕES URBANAS EM VITÓRIA DO XINGU

O planejamento urbano participativo consiste na análise conjunta de diversos atores de situações concretas do cotidiano e da percepção dos problemas e busca conjunta de alternativas e soluções. “O planejamento urbano normalmente tem sido baseado na coleta e na troca de informações entre diferentes partes interessadas” (BUGS; REIS; 2017, p. 111). Os problemas urbanos em Vitória do Xingu existem por falta de racionalidade, e honestidade do Governo Municipal e da empresa Norte Energia.

Um dos elementos que se preza primordialmente para o planejamento urbano é a qualidade de vida da população, dentro de uma área urbana, ou de uma nova área urbana (loteamentos, ocupações), esse planejamento consiste em estabelecer mecanismos, que socialmente atenda de forma adequada a sociedade. No caso de Vitória do Xingu todos os fatores indicavam que a cidade cresceria apenas em um único sentido, as margens da PA-415, onde ocorreu 4 das cinco ocupações. No entanto, a PMVX não planejou o crescimento da cidade e nem exigiu para a empresa construtora da UHE de Belo Monte esse planejamento a fim de evitar as ocupações de forma irregular. Pois se estivesse planejamento essas áreas eram beneficiadas por postos de saúdes, escolas, áreas de lazer, entre outros elementos que compõem a infraestrutura urbana.

A participação é um processo segundo o qual os atores envolvidos, direta ou indiretamente afetados pelas ações do projeto influenciam e compartilham da construção do consenso, da tomada de decisões e da ampliação dos recursos do projeto.

O processo de descentralização e a promoção de canais de ação direta do governo junto à população é uma tarefa complexa da construção da democracia e requer mudanças de concepções de gestão da cidade não só dos agentes públicos na forma de se relacionar com o cidadão em geral, mas do próprio cidadão que, no Brasil, vem de uma tradição de imposição das ações do estado e do não reconhecimento como agente atuante na política (SEMUTS, 2015).

No que diz respeito ao déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro (2016) afirma que este deve ser entendido como “a necessidade de construção de novas moradias para atender a demanda habitacional da população em um dado momento”. A Inadequação de Domicílios reúne os elementos de domicílios carentes de infraestrutura, adensamento excessivo, inadequação fundiária e inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, é

chamada de déficit qualitativo (SEMUTS, 2015). Com a migração espontânea para o município de Vitória do Xingu, o déficit habitacional fica perceptível na sede, onde a empresa construtora da UHE de Belo Monte, se esquivou das responsabilidades de construir moradias para receber a população.

Foram identificadas algumas intervenções da SEINFRA nas ocupações da sede do município de Vitória do Xingu, pois houve duas ocupações contempladas por alguns serviços: Nova Vitória e Nova Conquista. No que tange a estas ocupações, ambas receberam implantação do sistema de iluminação pública e a manutenção deste sistema de iluminação pública também é realizada pela SEINFRA. Tratando especificamente da ocupação Nova Vitória, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) expediu título e incluiu a área de posse para a PMVX. Em 2015, a partir da expedição deste título, o setor de terras da SEINFRA, fez uma busca na área e constatou a presença de terrenos vazios sem benfeitoria. A partir deste levantamento, estes terrenos passaram a ser de posse da PMVX, nestes lotes vazios foram identificadas ações da SEMUTS dentro da ocupação, a construção de casas habitacionais.

Foi possível constatar, durante a busca de dados na SEMUTS, que houve incentivos a programas habitacionais, por parte do poder público municipal, para alojar pessoas que residiam em áreas de risco às margens dos igarapés da sede do município. Sendo assim, a secretaria da Assistência Social do município afirma que “a necessidade de exercício da gestão pública, busca a participação e a inclusão dos moradores nos programas de cidadania e inclusão social, oferecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, Governo Estadual e Governo Federal” (SEMUTS, 2018). Na análise dos dados que foram obtidos na SEMUTS, a única ocupação que recebeu construções habitacionais foi à ocupação Nova Vitória, totalizando 35 unidades a fim de atender as pessoas que moravam nas áreas de risco do Igarapé Gelo, na sede do município. Como afirma a Secretária, “foi realizado um levantamento e traçado um perfil das pessoas que moravam nestas áreas, logo depois foi criado um plano de reassentamento para atender o máximo de famílias” (SEMUTS, 2018). Logo a diante, as figuras 5 e 6 apresentam as casas populares construídas pela SEMUTS na ocupação Nova Vitória. Nas demais ocupações, foram detectadas apenas levantamento referente a quantidades de moradias pela SEMUTS, porém não houve qualquer ação efetiva em relação à construção de casas habitacionais.

Ao se tratar da expansão urbana na cidade, é fundamental buscar elementos sobre o planejamento urbano, uma vez que dessa forma a cidade cresce de forma organizada, sem

proporcionar a má qualidade de vida para a sociedade. A respeito disso, Duarte (2009) afirma que

O conceito de planejamento, sempre esteve relacionado a outros termos, como desenho urbano, urbanismo e gestão urbana. Todos esses vocábulos, apesar de serem distintos, tem algo em comum: o seu objeto de estudo é a cidade. Esta, sendo considerada tanto em relação a suas características físicas quanto sociais, culturais e econômicas.

O não planejamento do crescimento das pequenas cidades da Amazônia ocasiona a separação da cidade em áreas desiguais: o centro da cidade e suas adjacências, atendido pelos serviços urbanos, onde se estabelecem relações culturais (praça e/ou orla) e se fixam estabelecimentos comerciais. Por outro lado, tem-se a cidade que fica dependente desta outra, exatamente por não possuir um planejamento que inclua os serviços necessários à sociedade.



Figura 5 - Casas Populares, Ocupação Nova Vitória.
Fonte: SEMUTS.

Para valorizar e otimizar o espaço, os projetos das casas populares seguem um tamanho padrão, elas têm de 40m² a 50m², possuem dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma sala. As residências são todas de alvenaria, forradas com PVC, ou madeira, telhado de Brasilit, piso de cerâmica na cozinha e banheiro (SEMUTS, 2018). No entanto moradia não é apenas essas casas em forma de caixotes que se visualiza nas figuras 5 e 6, precisa se de um espaço para lavanderia, para as crianças brincarem entre outros elementos que constituem o cotidiano em uma moradia. Em Vitória do Xingu, essas casas são construídas no bairro nova vitória que se formou a partir da primeira ocupação que surgiu na sede do município.

A construção de moradias por meio das casas populares gera uma desigualdade nas estruturas das casas nas ocupações, de certo modo as casas populares ainda possuem uma

maior qualidade, e oferece menos risco aos moradores do que os barracos de lona registrado na pesquisa.



Figura 6 - Casas Populares, Ocupação Nova Vitória.
Fonte: SEMUTS.

As casas populares construídas na ocupação Nova Vitória pelo poder público municipal, pode até satisfazer a necessidade das pessoas com moradias, oferecendo maior conforto e menos risco a estas famílias, portanto a PMVX até o momento não realizou os serviços urbanos, que é de competência da mesma conforme afirma a lei orgânica do município. A empresa construtora da UHE de Belo Monte, eximiu-se de suas responsabilidades, em promover parceria com a PMVX, para atender os anseios da população na área urbana, pois a mesma no plano de requalificação urbana no que tange aos municípios afetados pela obra, diz que “as prefeituras municipais envolvidas não se encontram adequadamente estruturadas e capacitadas, demandando apoio e assessoramento para gerenciar as intervenções e modificações que se farão na estrutura urbana” (NORTE ENERGIA, 2011).

3.2 A EXPANSÃO URBANA RECENTE

O contexto histórico das pequenas cidades da Amazônia é marcado por algumas características, uma delas é que geralmente são cidades que surgem próximas do rio e que, a princípio, este constitui o principal meio de ligação com outros centros urbanos. Além disso, essas cidades constroem relações no espaço urbano que ficam entrelaçados pelo tempo e com o passar dos anos pouco se modificam. Mesmo com as ações agressivas impostas pela obra, a

cidade de Vitória do Xingu mantém vestígios de seu surgimento, mantendo-a viva na história. Quanto ao espaço urbano, Corrêa (2011) afirma que “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas forças espaciais do presente”.

No processo histórico, é possível destacar uma primeira expansão urbana de Vitória do Xingu a partir de 1991, quando este município se desvincula do município de Altamira, pois os recursos disponibilizados são investidos prioritariamente no município. Um segundo momento acontece com a presença da UHE Belo Monte, que infere capital e relações sociais que modificam e propicia o crescimento do espaço urbano da pequena cidade, sendo este o objeto desse estudo.

Porém, como esses empreendimentos carregam em si o poder da segregação e a facilidade de iniciar uma expansão urbana, com ocupações em áreas periféricas do centro, surgem novos bairros por meio de ocupações irregulares que são esquecidos pelo poder público e pela empresa construtora da obra. Pessoas vivem em condições de degradação humana, ruas sem largura mínima estabelecida por decreto da PMVX, pequenos barracos de lonas e alguns apenas cobertos, a cama de alguns é apenas a caixa de papelão, que fica estendida sobre o pequeno barraco (Figura 7). A figura 7 permite observar a precariedade de algumas casas na ocupação Nova Vitória e Paulistinha.



Figura 7 – Estrutura de algumas casas nas ocupações, Nova Vitória e Paulistinha.
Fonte: Chaves (2018); SEMUTS (2017).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE, 2010) afirma que 6% da população brasileira possui moradias em ocupações irregulares, as cidades apresentam contrastes nas paisagens. Esses contrastes são visíveis no que tange ao processo de crescimento urbano da cidade, uma parte da cidade é contemplada pelo poder público que busca suprir as necessidades de infraestrutura, ao mesmo tempo à porção irregular da cidade

não é reconhecida pelo poder público (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2006). Os terrenos ocupados entre 2013 e 2017 na cidade de Vitória do Xingu abriga centenas de famílias que vivem excluídas de acesso a infraestrutura básica.

O acesso informal ao solo urbano e, conseqüentemente, à moradia, mesmo que precária, é um dos grandes problemas da sede do município de Vitória do Xingu. Este problema é fortemente agravado pela falta de política habitacional, que seja capaz de atender a população mais carente. O problema não é apenas a moradia, mas também a insegurança em relação a posse do terreno que favorece a péssima qualidade em que é construída as casas, principalmente nas ocupações irregulares (verificar figura 8).



Figura 8 - Estrutura das casas na ocupação do paulistinha.
Fonte: SEMUTS (2017).

O crescimento desenfreado do espaço urbano irregular na cidade de Vitória do Xingu, a exclusão social, o descaso pelo poder público e pela empresa construtora da UHE de Belo Monte frente as questões habitacionais, fez com que nas ocupações irregulares ressurgissem questões urbanas antigas da cidade. Estas questões antigas que ressurgem nas ocupações irregulares não tem a aprovação do município, geralmente elas não atendem os padrões urbanísticos previstos nas leis (SAULE JUNIOR, 1999). “Por um lado, o privilegio incorporado pelas estruturas urbanas formais: por outro, a pobreza manifesta nas ocupações informais” (NASCIMENTO E BRAGA, pag. 98, 2009).

A figura 9 mostra a cidade esquecida, a cidade que como define Maricato (2012) o “lugar fora das ideias”. No entanto, mesmo essas ocupações sendo um “lugar fora das ideias”, estas surgem como alternativas de moradias para centenas de famílias. Esses lugares sofrem de baixos investimentos com construções de moradias populares. As ocupações são

compostas por barracos de madeira e alvenaria, o chão de terra batida, esgoto a céu aberto, atualmente a eletricidade é fornecida de forma legal, e a água é de forma clandestina, ou poços semi artesianos, onde várias pessoas utilizam do mesmo (SEMUTS, 2018).

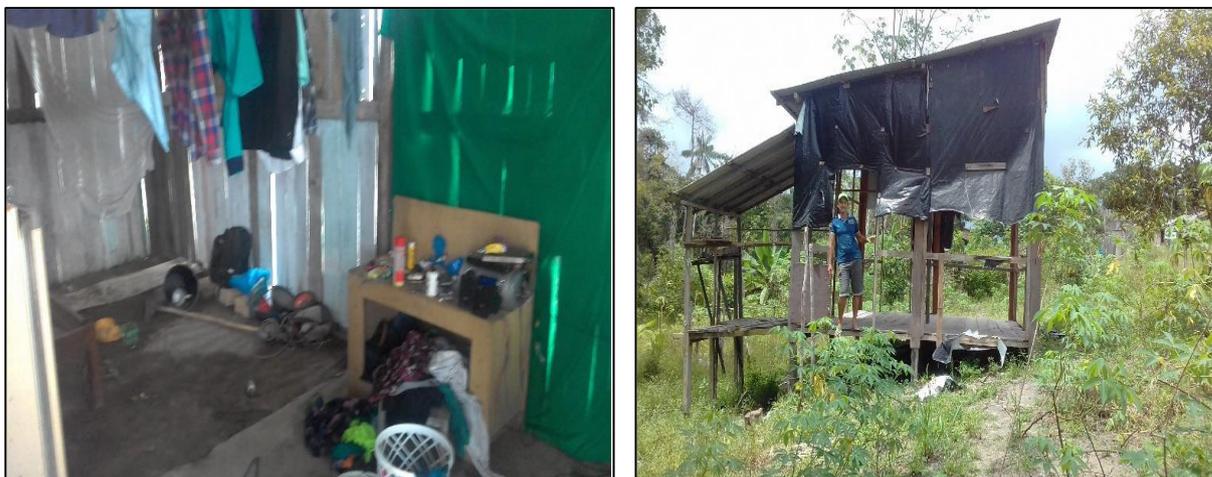


Figura 9 – Estrutura de algumas casas na ocupação do laticínio.
Fonte: SEMUTS (2017)

O surgimento da cidade ilegal é um problema para o órgão público, em especial ao que se ocupa da administração e cuidado da cidade. No que tange aos órgãos públicos, é possível identificar falhas no encaminhamento de políticas públicas, em especial a voltadas para atender as necessidades das pessoas residentes em áreas irregulares. Uma parcela importante da cidade é excluída ou esquecida pelo poder público, quando comparando as cidades legal e ilegal, há uma dissonância entre ambas, que nos passa a ideia de pertencerem a espaços geográficos distintos, no entanto ambas pertencem ao “mesmo espaço: cidade” (CARDOSO, p. 28, 2012).

Pessoas residem em barracos sem estrutura, no entanto este modo de vida a partir dos barracos está atrelado há uma forma de segurar o lote, como afirma Loera (2014) “no mundo das ocupações de terra, a barraca de lona é um bem precioso, é objeto de negociações, trocas e disputas, tornando-se um elemento central na compreensão da dinâmica e constituição social dos acampamentos” (figura 10).

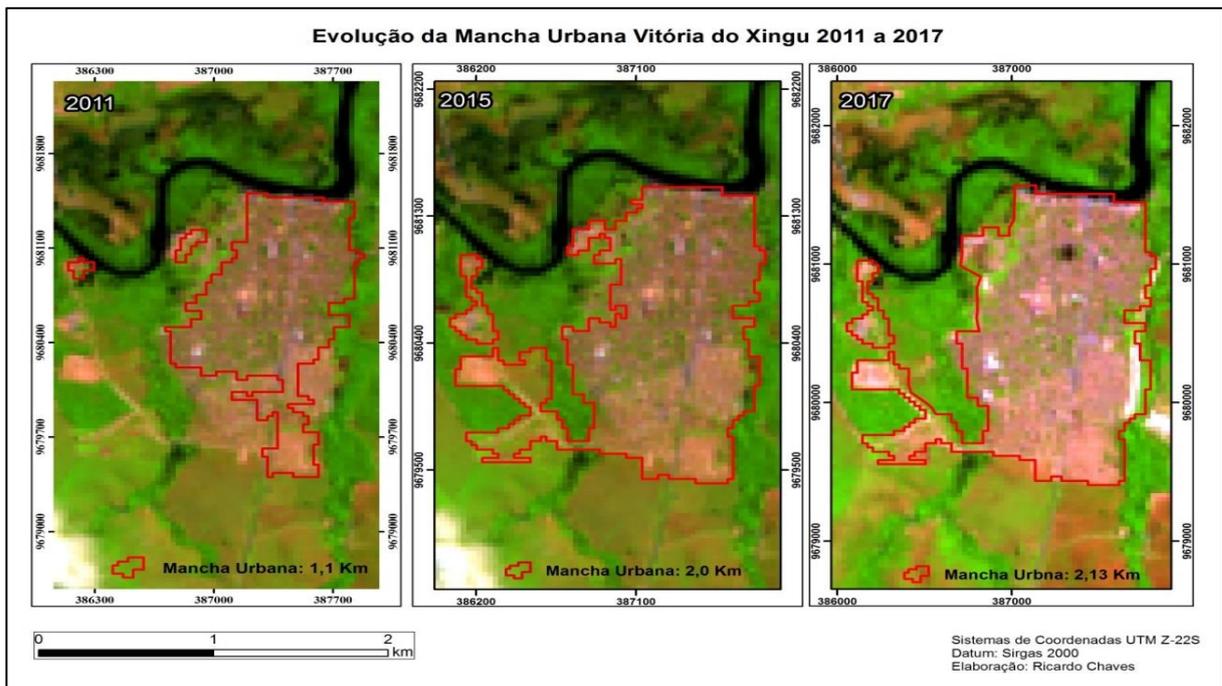


Figura 10 – Estrutura de algumas casas na ocupação bela vista e Nova Vitória.
Fonte: SEMUTS, (2017).

Na cidade em questão, houve estudos para o ambiente urbano e foram selecionados os serviços básicos e necessários em Vitória do Xingu. Os três bairros existentes: Centro, Jardim dall’acqua e Jardim da Alegria foram contemplados com melhorias (pavimentação das ruas, rede de esgoto, quadras de esportes, praças, entre outros) para a população (SEINFRA, 2015). Verifica-se à não execução do planejamento realizado pela empresa construtora da obra, pois o plano de requalificação urbana proposto pela mesma não atendeu a expansão urbana que ocorreu na sede do município, mesmo com ocupações irregulares.

As ocupações se caracterizam irregulares pela ausência de serviços públicos, ou mesmo pela irregularidade fundiária, mas também pelo fato como a área é adquirida. Pessoas ocupam glebas rurais de proprietários de terra a procura de um chão para construir sua moradia e não há uma negociação entre ambas partes. A SEINFRA não demonstrou buscar negociação com os donos das áreas ocupadas, iniciativa que poderia facilitar a realização da infraestrutura urbana, além de dar uma garantia maior aos ocupadores quanto ao chão conquistado irregularmente, pois muitos se sentem inseguros e temem a perda a moradia (SEINFRA, 2018).

O Mapa 3 exemplifica bem a relevância das ocupações na sede do município. Ao analisar o mapa, observa-se que a cidade de Vitória do Xingu tem uma evolução importante da mancha urbana em poucos anos. Essa expansão acontece propiciada pelas ocupações de forma irregular em torno da cidade.



Mapa 3 – Evolução da mancha urbana em Vitória do Xingu entre 2011 e 2017.
Fonte: Chaves (2018).

Mesmo os terrenos localizados em áreas impróprias para a construção de moradias e ausentes de serviços urbanos, algumas pessoas aguardam passar a euforia do momento da ocupação para adquirir terrenos por preços inferiores. Alguns desses sujeitos constroem moradias para obter rendimentos por meio do aluguel e aguardam ansiosamente as melhorias que podem ser realizadas pelo poder público, que acabam por valorizar os terrenos. Mesmo as ocupações ausentes dos serviços básicos e distantes da área central, há quem arrisque adquirir terrenos com este objetivo. Campos Filho (2001, p. 48) define a especulação imobiliária como “uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos”.

A ocupação do solo urbano é notável nas ocupações de Vitória do Xingu, entre pessoas que não tem acesso a moradia, e como afirma Pagani; Alves; Cordeiro (2015), estas pessoas “ocupam irregularmente os espaços, fazendo deles territórios de sobrevivência e grupos econômicos que tem interesse na especulação imobiliária”. No entanto, em Vitória do Xingu foi possível identificar pessoas que não irão utilizá-los para fins produtivos ou habitacionais e ainda retiram de outras pessoas de menor poder aquisitivo e mais necessitadas, rendimentos provenientes das construções habitacionais e, por consequência, uma futura instalação de serviços urbanos, advinda do poder público.

Entre 2013 e 2017 surgem no município de Vitória do Xingu cinco novos bairros por meio das ocupações irregulares, conforme Tabela 1. Na realidade são pessoas que ocupam lugares extremos para a moradia, pessoas que se deslocaram até o presente município em busca de emprego. A especulação imobiliária influenciou bastante no crescimento dessas ocupações, pessoas buscavam adquirir terrenos com preços inferiores aos do centro, devido às ocupações não contemplarem de serviços urbanos, os lotes tendem ser de preços inferiores ao do mercado local, e com isto constroem casas e vilas, no intuito de alugar para pessoas que chegam à sede do município.

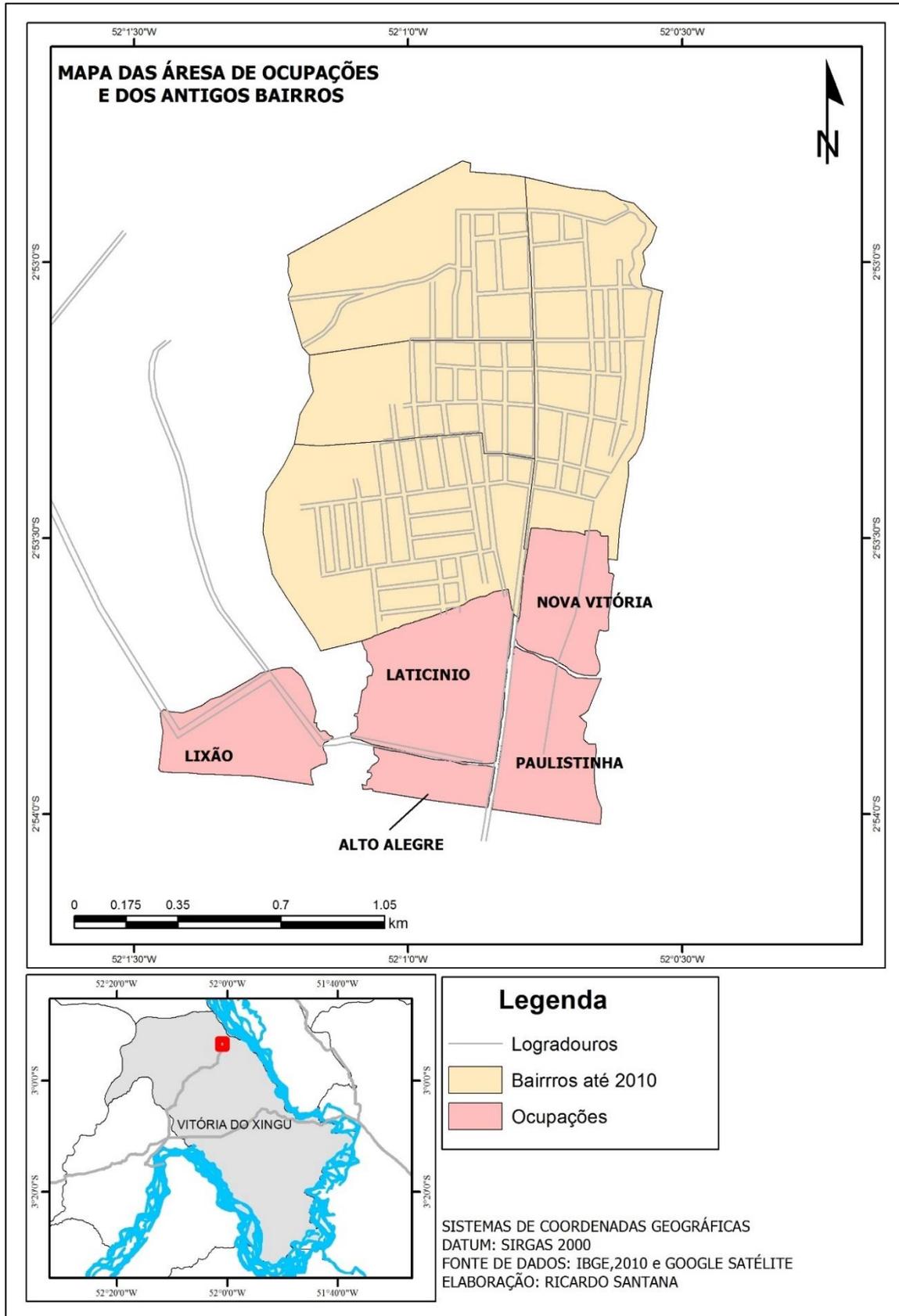
TABELA 1 - DADOS DAS OCUPAÇÕES RECENTES

<i>Ocupações</i>	<i>Ano do Levantamento</i>	<i>Lotes por ocupação</i>
<i>Nova Vitória/ Caixa d'água</i>	2015	595
<i>Laticínio</i>	2015	448
<i>Bela Vista/ Lixão</i>	2015	212
<i>Paulistinha/ Nova Conquista</i>	2017	255
<i>Loteamento Alto Alegre</i>	2016	102

Fonte: SEMUTS (2018).

Apesar de a mancha urbana do município ter dobrado de tamanho e a quantidade de bairros por meio das ocupações serem mais que o dobro dos bairros existentes, percebe-se pela somatória de dados obtidos na SEMUTS e na SEINFRA, que esta não ultrapassa a quantidade de terrenos já existentes (considerando os bairros Centro, Jardim Dall'acqua, e Jardim da Alegria). As somas dos terrenos das cinco ocupações totalizaram 1612 lotes e nos bairros antes das ocupações (anteriores a 2013) contemplam de 2300 lotes, aproximadamente. No entanto, deve-se ponderar este fato pelo curto período de tempo que isto ocorreu na sede do município, pois a cidade de Vitória do Xingu, ao longo de sua história, continha apenas três bairros e, em um curto período de 3 anos, a parti das ocupações, surgem mais cinco totalizando oito bairros, configurando ocupações amplas, porém pouco densas. É importante salientar que em entrevista com o proprietário do loteamento Alto Alegre, este nos informou que seu loteamento possui 95 terrenos, tendo uma divergência com os dados da SEMUTS em sete lotes urbanos, assim sendo o número de lotes das ocupações reduzira para 1605.

O Mapa 4 mostra as áreas de crescimento da cidade de Vitória do Xingu, representando as ocupações que surgiram na sede do município de Vitória do Xingu entre 2013 a 2017.



Mapa 4 – Ocupações da Cidade de Vitória do Xingu.
 Autor: Chaves (2018).

No intuito de elucidar o que foi dito anteriormente, foi realizado uma busca na ASCOM do poder público municipal e foi cedido pelo setor algumas fotografias áreas de todas as ocupações da sede do município. Estas imagens aéreas representam bem o objeto de estudo aqui proposto.

A figura 11 mostra a primeira ocupação que surgiu na cidade de Vitória do Xingu em 2013 momento em que se começa a expansão urbana da sede do município. Esta ocupação a princípio era conhecida como Caixa d'água, atualmente é o bairro Nova Vitória, que fica às margens do Igarapé do Gelo e da PA- 415.



Figura 11 – Imagem aérea. Ocupação nova vitória.
Fonte: ASCOM, PMVX (2018)

A figura 12 mostra as ocupações Laticínio e Bela Vista, ambas surgiram em 2014. A ocupação do laticínio também fica às margens da PA-415, no entanto do lado esquerdo de quem chega ao município. A ocupação Bela Vista é a mais distante da sede e fica localizada no ramal do Água Boa, visível no fundo da figura 12. Ambas as ocupações possuem um

padrão de ruas completamente irregular, além de algumas estarem em péssimas condições de trafegabilidade.



Figura 12 – Imagem aérea. Ocupação do laticínio, ao fundo a ocupação bela vista.
Fonte: ASCOM, PMVX (2018).

A figura 13 possibilita verificar e inferir as duas últimas ocupações que surgiram na sede do município de Vitória do Xingu, fato este que ocorreu em 2016. A ocupação do Paulistinha fica a margem direita da PA-415 de quem chega a sede do município, e as margens do Igarapé do Gelo. Já o loteamento alto alegre fica a margem esquerda da PA-415, para quem chega ao município, de frente com o destacamento da polícia militar.



Figura 13 – Imagem aérea. Ocupação do paulistinha e, ao fundo, loteamento alto alegre.
Fonte: ASCOM, PMVX (2018).

As figuras 11, 12 e 13, mostram um fenômeno interessante que ocorreu na sede do município advindo da construção da UHE Belo Monte em poucos anos. Entende-se, assim, que essas áreas poderiam ser planejadas para receber este fluxo populacional, de modo a evitar as ocupações irregulares, atender a população com os serviços urbanos e colocar em prática o que a legislação do município infere.

Constata-se na coleta de dados obtidos na SEMUTS que o número de bairros mais do que dobra com o surgimento das ocupações entre os anos de 2013 a 2017. No entanto, a empresa construtora do empreendimento e a PMVX não se atentou para este fato e não articulou soluções providenciais para evitar as ocupações de terrenos baldios em torno da cidade. Como constatado na tabela 3 os principais motivos que ocasionaram as ocupações irregulares e a expansão urbana da sede do município.

TABELA 2 - OCUPAÇÕES IRREGULARES ENTRE 2013 E 2017

Ocupações	Bairro	Ano	Motivo 1	Motivo 2	Motivo 3
Caixa d'água	Nova Vitória	2013	Necessidade de moradia (87,5%).	Especulação (12,5%)	
Laticínio	Laticínio	2014	Necessidade de moradia (75%)	Especulação (12,5%)	Saída do Aluguel (12,5%)
Lixão	Bela Vista	2014	Necessidade de moradia (87,5%)		Saída do Aluguel (12,5%)
Paulistinha	Nova conquista	2016	Necessidade de moradia (87,5%)		Saída do Aluguel (12,5%)
Loteamento Alto alegre	Alto Alegre	2016	Necessidade de moradia (100%)		

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A entrevista foi realizada em diferentes pontos das ocupações, desde que os entrevistados aceitassem contribuir com a pesquisa. Houve pessoas que se negaram a responder e, conseqüentemente, buscava-se uma outra residência para realizar a aplicação do questionário. A maioria dos entrevistados de todas as ocupações responderam que ocuparam as áreas pela necessidade de moradia, porém a maioria das pessoas confirmou que compraram a área, mas que seu antecessor ocupou, este fato permiti afirmar que se trata de uma ocupação completamente irregular, onde os terrenos ocupados são vendidos sem conferir com a tabela de preço estipulada pelo município, conforme a lei 194/2011.

É importante salientar que, na Tabela 2, a maioria das pessoas adquiriram as áreas comprando os terrenos, mesmo com a necessidade de moradia, podemos relacionar este fator como uma forma de sobrevivência entre os ocupadores, pois mesmo ocupando e vendendo os lotes estes continuam ocupados irregularmente, pois a irregularidade fundiária continua. Faltam, ainda, a prestação de serviços urbanos para os moradores e a área continua em exclusão por parte do poder público.

O gráfico 1 mostra em porcentagem as diferentes formas de aquisição da área. Constata-se durante a pesquisa quatro formas de adquirir os terrenos: ocupando, comprando, doada e troca. Todos adquirem essas áreas de maior importância pela necessidade de moradia, outros por vontade de ter um negócio próprio, outros por não conseguir mais morar de aluguel, estes fatores fazem com que as pessoas procurem adquirir áreas em torno da cidade.

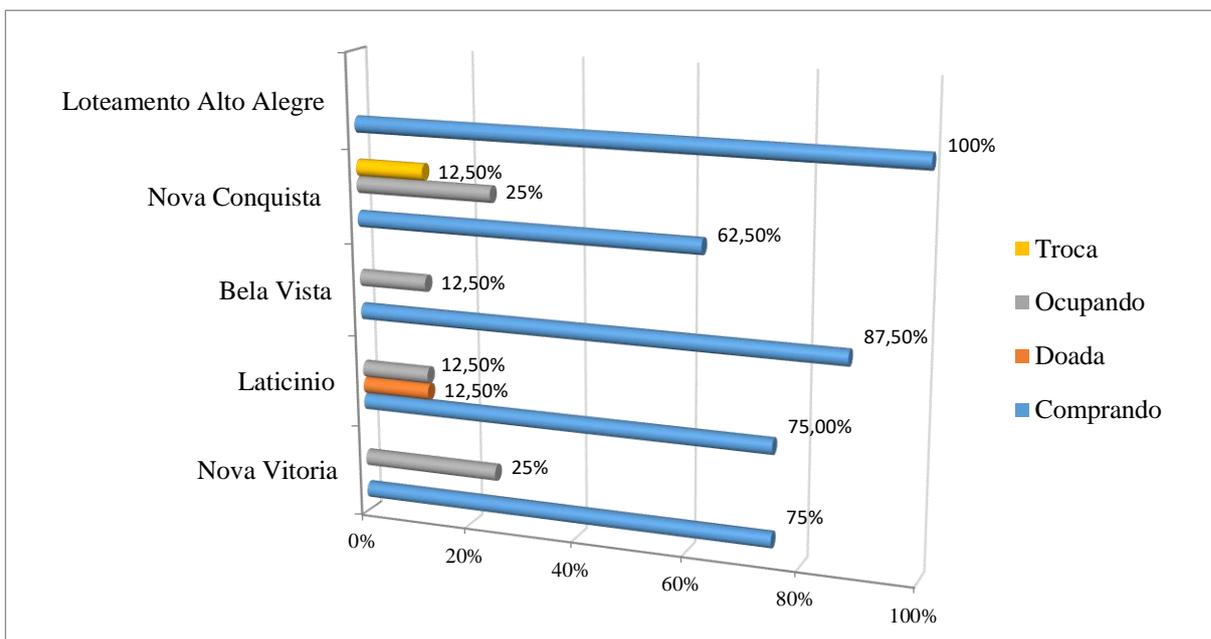


Gráfico 1 - Formas de obtenção da área
Fonte: Chaves (2018).

Durante a aquisição e apuração dos dados desta pesquisa, foram surgindo alguns serviços realizados pelas secretarias municipais. A SEMAT é responsável pela coleta de lixo em algumas ocupações, um dos poucos serviços prestados pelo poder público municipal. Mesmo a cidade tendo a expansão urbana significativa, como analisar a vida destas pessoas que vivem isolados dos serviços básicos necessários? Geralmente estas buscam por atendimento em postos de saúdes, que ficam superlotados assim como as escolas. Tais populações buscam ter seus direitos cumpridos onde há prestação de serviços urbanos, gerando a insatisfação da sociedade.

TABELA 3 - SERVIÇOS PRESTADOS NAS OCUPAÇÕES

Serviços Prestados	Ocupações				
	Nova Vitoria	Laticínio	Bela Vista	Nova Conquista	Loteamento Alto Alegre
Coleta de Lixo %	Sim (100%)	Sim (100%)	Não (75%) Sim (25%)	Não (100%)	Não (100%)
Água Instalada %	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)
Rede de Esgoto %	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)
Colégio %	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)	Não (100%)

Posto de Saúde %	Não (100%)				
Energia Elétrica %	Sim (100%)	Sim (100%)	Sim (100%)	Sim (100%)	Não (100%)
Área de Lazer	Não (100%)				

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A desigualdade em relação à produção do espaço na cidade obriga pessoas a se submeterem a viver em lugares impróprios para a habitação. O não planejamento urbano do poder público e da empresa responsável pela construção da UHE Belo Monte ocasionou ocupações desestruturadas na sede do município de Vitoria do Xingu.

São notáveis a precariedade e as diferenças das moradias, mas além dessa precariedade outros elementos torna os bairros contemplados por infraestrutura diferente das ocupações. Ribeiro (2016) diz que essas áreas são ausentes de “infraestrutura e serviços coletivos adequados, como pavimentação, saneamento básico, atendimento de água e energia elétrica”, condição esta que os torna desiguais dos demais, pois estão separados do lugar de melhor qualidade na infraestrutura urbana e equipamentos sociais.

Segundo Amorim, Stanganini, Resende (2008) “a ocupação de áreas de igarapés, as invasões, as favelas devem ser vistas como parte da lógica de produção sócio espacial urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso”. As cidades pequenas da Amazônia têm sua lógica de reprodução do espaço urbano por meio das ocupações, seja ela ocasionada por fluxo populacional advindo de empreendimentos, ou até mesmo do êxodo rural, onde ambos casos as pessoas tendem a ocupar locais impróprios, para construção de moradias.

O planejamento por parte da PMVX e da construtora da UHE Belo Monte, nos bairros já existentes ocasiona uma elevação de preço do solo, pois há uma valorização com melhorias dos serviços urbanos oferecidos. Ribeiro (2016) afirma que essa valorização “impede a entrada de grupos sociais de menor rendimento nos espaços onde esses recursos foram direcionados, tornando os grupos que aí residem segregados em relação aos demais”. O plano de requalificação urbana proposto pela empresa construtora da UHE Belo Monte, seria, em tese, para evitar essas desigualdades nos municípios.

Foi elaborado um plano de requalificação urbana para estruturar os municípios de Vitoria do Xingu e Altamira, podem-se destacar nesses planos alguns pontos importantes:

O plano de requalificação urbana propõe intervenções nos municípios de Vitória do Xingu, Altamira, nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, principais municípios, e núcleos urbanos impactados pela UHE BELO MONTE foi possível verificar que, os impactos decorrentes da implantação do empreendimento sobre o sistema urbano, com todos os seus desdobramentos e implicações, além dos investimentos a serem realizados pelo empreendedor, exigem a participação do poder público, principalmente naqueles aspectos que cabem exclusivamente ao setor público. No entanto, as prefeituras municipais envolvidas não se encontram adequadamente estruturadas e capacitadas, demandando apoio e assessoramento para gerenciar as intervenções e modificações que se farão na estrutura urbana (NORTE ENERGIA, 2011).

O Plano de Requalificação Urbana visava propor medidas e intervenções nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu, e nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, objetivando:

- Atender à necessidade de realocação da população atingida na cidade de Altamira, pela formação do reservatório do Xingu;
- Integrar as unidades residenciais e vila residencial prevista à estrutura urbana das cidades de Altamira e Vitória do Xingu;
- Adequar a infraestrutura viária da travessia da Transamazônica sobre o rio Xingu;
- Adequar às cidades de Altamira e Vitória do Xingu e os núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal para receber o afluxo de população atraída em função das oportunidades de trabalho e do aquecimento econômico gerado pelas obras (NORTE ENERGIA, 2011).

Se o plano de requalificação teve como base a lei orgânica do município de Vitória do Xingu, conforme o segundo ponto citado acima, não foi constatado na cidade de Vitória do Xingu a construção de vilas residenciais na sede do município para receber o fluxo populacional que migraram para a cidade. Mesmo as migrações dos empreendimentos sendo espontâneas, as empresas geralmente se eximem das responsabilidades quanto aos problemas de moradias ou simplesmente constroem o suficiente para abrigar a mão de obra que será usada no empreendimento. A empresa Norte Energia, construtora da UHE de Belo Monte, não preparou a sede do município para receber as pessoas, tal como afirma Nogueira (2016), os empreendimentos carregam um afluxo populacional, e não há uma preparação do espaço para receber a população.

A adequação que a sede do município recebeu foram implementos como saneamento básico, asfaltamento, postos de saúde entre outros serviços, realizados apenas nos bairros já existentes na sede do município de Vitória do Xingu até 2010. Desse modo, o surgimento dessas ocupações irregulares, influenciadas pelo atrativo hidrelétrico, não recebeu infraestrutura como os demais bairros da cidade.

No que tange à legislação municipal, define-se como responsabilidade do município os aspectos relacionados à expansão urbana, conforme a lei orgânica de Vitória do Xingu (1993, revisada em 2015).

Art. 15. Compete ao Município de Vitória do Xingu em comum com os demais membros de Federação.

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria de condições habitacionais e saneamento básico;

O artigo 18 da lei orgânica mostra o que é de competência do município na infraestrutura urbana, conforme relata a lei orgânica;

Art. 18. Ao dispor sobre assunto de interesse local, compete dentre outras atribuições, ao município:

X - Elaborar o Plano Diretor;

XI - Estabelecer limitações urbanísticas e fixar as zonas urbanas e de expansão urbana:

Nota se que a PMVX e a empresa construtora da UHE de Belo Monte não se atentaram em atender os requisitos propostos pela lei orgânica. A lei de Nº 184/2010 sobre as diretrizes urbanas do município de Vitória do Xingu tem como finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada para a expansão urbana do respectivo município. O Artigo 4º, no capítulo II, insere a responsabilidade no que tange a permitir o crescimento planejado do município “sem perda da qualidade de vida ou degradação do meio ambiente, através da implantação de políticas setoriais integradas com o objetivo de ordenar a expansão e o desenvolvimento urbano”.

Foi possível verificar e registrar nas figuras 11, 12, 13 que as ruas e passeios da ocupação da sede de Vitória do Xingu, não obedeceram aos requisitos propostos pela lei 184/2010. As ruas não contêm arborização e não se sabe se a largura está adequada a critério de decreto do poder público municipal (no sentido de definir o mínimo e o máximo). Instalação de água encanada, rede de esgoto, áreas de lazer, não existe nas ocupações e os terrenos vivem uma incerteza quanto a regularização fundiária. Os poucos serviços prestados são coletas de lixo, algumas vezes na semana e energia elétrica, fatores esses que permitem caracterizar estas áreas como ocupações urbanas irregulares.

Há um crescimento evidente da cidade de Vitória do Xingu, por meio das ocupações irregulares entre 2013 e 2017. A cidade em questão poderia ser umas das mais belas e bem estruturadas da Amazônia se houvesse um planejamento urbano de crescimento para evitar as ocupações irregulares. Justamente por falta de planejamento da PMVX e da empresa construtora da UHE de Belo Monte, maior responsável pela atração de pessoas a referida cidade, verifica-se até 2017 uma expansão territorial urbana sem uma estrutura adequada para atender os anseios da população que migravam ao município, e conseqüentemente foram residir nestas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do crescimento econômico e demográfico na sede do município de Vitória do Xingu, nesta não se verifica um desenvolvimento urbano que seja capaz de acompanhar as demais regiões brasileiras, pois as pequenas cidades da Amazônia são marcadas por ciclos econômicos. Não é uma economia duradoura, capaz de sobreviver e se estabilizar por décadas, mas ciclos que se reproduzem nas demais cidades da Amazônia brasileira conforme a necessidade de atender as demais regiões do país a partir das potencialidades naturais aqui existentes.

As pequenas cidades da Amazônia brasileira, em geral, não possuem uma estrutura adequada para receber as migrações espontânea que acompanham os grandes projetos. Mesmo com a expansão urbana da cidade de Vitória do Xingu ocorrendo um pouco mais tarde em relação ao início da obra, não se reconhecem medidas para mitigar ou evitar as ocupações irregulares por parte da PMVX e nem da empresa construtora da UHE de Belo Monte.

Os problemas sociais e ambientais se agravaram, podendo ser observado na presença de ocupações irregulares, na falta de saneamento e na falta de oportunidades para os que abandonavam suas regiões com o interesse de chegar ao município de Vitória do Xingu e conseguir emprego no grande empreendimento. As margens de alguns igarapés foram ocupadas, causando poluição e desmatamento em áreas de proteção permanente (APP).

O empreendimento hidrelétrico de Belo Monte atraiu mais pessoas do que o mesmo poderia abrigar com emprego, fato este que ocasiona a segregação de alguns durante a construção da UHE de Belo Monte. A PMVX, com estrutura precária e sem um elevado teor técnico, necessita receber apoio do empreendimento e chegou a exercer uma cobrança junto a empresa para que seja realizado a melhoria para a população. No entanto, ainda assim a PMVX falha gravemente nesta busca de benefícios para a cidade de Vitória do Xingu, a exemplo disto temos que nas vilas residenciais próximas aos canteiros de obras, que possuem infraestrutura adequada e até mesmo um sistema de comunicação eficiente, com operadoras telefônicas moveis diferentes da sede do município, ou seja, a população da cidade de Vitória do Xingu fica refém de uma única via de serviço, que poderia ser diversificado.

As ocupações irregulares se tornaram um problema muito comum nos dias atuais na região Amazônica, trazendo sérias consequências para o meio urbanístico. A ocupação

irregular, proveniente de ocupações ou de loteamentos clandestinos, acaba gerando um chão para a moradia desqualificada, não satisfazendo uma moradia de forma plena e digna.

Vitória do Xingu é marcado por diferentes momentos em sua história, uma cidade em que, como indicam Oliveira e Schor (2008) a respeito das “cidades invisíveis”, prevalecia um olhar sem importância antes do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. A cidade sempre teve sua relevância e importância dentro da Amazônia e principalmente para os que aqui residem, de modo que desmitificar essa invisibilidade de cidade sem reconhecimento é primordial. O município de Vitória do Xingu, com seus recursos naturais, permitiu receber a construção da maior usina hidrelétrica do Brasil, porém as consequências danosas desse processo passam ao largo das análises recentes sobre esse empreendimento.

Com a UHE de Belo Monte em construção, se imagina que o velho espaço urbano da cidade de Vitória do Xingu deixe de existir, dando lugar a uma nova configuração da cidade. De fato, isto acontece nos três principais bairros da cidade de Vitória do Xingu, que se tornam diferenciados do ponto de vista estrutural. No entanto, a falta de planejamento urbano no crescimento da cidade permite o surgimento de um novo espaço urbano com características do velho. É como se a cidade antiga estivesse se germinando novamente, reproduzindo a desigualdade e a pobreza, comum nas cidades pequenas da Amazônia. Existe um novo espaço urbano implantado no velho espaço e o surgimento de um novo espaço urbano nas ocupações, com características do velho, só que sem a urbanização que o velho espaço recebeu. Vale ressaltar que tanto o novo quanto o velho espaço urbano só acontecem mediante aos grandes projetos recebidos pelas pequenas cidades da Amazônia.

É fato que a população com menor poder aquisitivo acaba se estabelecendo em áreas de menor valorização econômica. Contudo, estas áreas que estão estabelecidas mais distantes do centro da cidade, no momento em que recebem a prestação de serviços urbanos passam a ter um valor mais significativo. Geralmente as obras públicas são realizadas nas áreas de maior retorno imobiliário, mantendo sempre em algumas áreas a situação inicial das ocupações irregulares.

O município de Vitória do Xingu, sem estrutura suficiente de receber a migração que acontece mediante ao empreendimento, gera um déficit habitacional. Tal déficit leva as pessoas a terem necessidade de moradias e ocuparem áreas que desempenham um papel significativo no crescimento da cidade, mesmo que de forma irregular e sem um padrão estabelecido pela lei do município. O acelerado crescimento das cidades deixa claro que um

planejamento detalhado é indispensável para evitar uma ocupação desorganizada, que pode acarretar em sérios riscos sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Demerval da Silva. **Vitória do Xingu e sua História**. Belém-PA: Gráfica Aquarela e Editora, 2016. 242 p.

ALVES, A. M. **O método materialista histórico dialético**: Alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, 2010.

AMORIM, Fernando de Oliveira; Stanganini, Fábio Noel; Resende, Juliana Ruffato. **Produção do espaço urbano e desigualdade sócio-espacial na ocupação de áreas de igarapés em Manaus/AM**. Local de publicação e ano

BARROS, P. **Desenhando cidades na era dos voos econômicos**. Arquitectos, São Paulo, n. 46, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp224.asp>>. Acesso em: abril de 2018.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

BUGS, Geisa; REIS, Antonio Tarcisio da Luz. **Planejamento urbano participativo por meio da utilização de novas tecnologias: uma avaliação por especialistas**. Urbe. Revista brasileira de gestão urbana. ano

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008. (corrigir a referência)

CARDOSO, Vanderley portela: **Um olhar geográfico sobre as ocupações irregulares na cidade brasileira**. ano

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática. 2011

COSTA, Sandra Maria Fonseca; MENDES, Jessica Andretta; Lima, Viviana; MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. **Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia - um estudo de Ponta de Pedras, Pará**. Instituição, Local de publicação e ano

DUARTE, Fabio. **Planejamento urbano**. Editora IBPEX, 2009.

Fernando Moraes; Ricardo Gontijo e Roberto de Oliveira Campos. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970. (corrigir a referência)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014.

<https://www.nortenenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em 12/09/2018.

LEI MUNICIPAL DE DIRETRIZES URBANAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU. 184/2010.

LEI MUNICIPAL DE IMPOSTO PREDIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU. 194/2011.

LEI MUNICIPAL DE PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU. 016/1993.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU (1993) revisada em 2015.

LOERA, NR. Tempo de barraco. In: **Tempo de acampamento** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 47-112. ISBN 978-85-68334-35-5. Available from SciELO Books. <http://books.scielo.org>.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 48, n. 17, p. 151-167, 2003.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua Região de influência**. Presidente Prudente: [s.n], 2016.

MORAIS, Fernando, 1946-; GONTIJO, Ricardo, 1944- ; CAMPOS, Roberto, 1917-2001. **Classificação 106.3.10. Local/Editor** São Paulo: Brasiliense, 1970. 135 p.: il., mapas; 21 cm. Estrada Transamazônica. (Corrigir)

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel carvalho de Queiroz. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, 2015.

NIGRO, Carlos Domingos; (In) **sustentabilidade urbana**/ Carlos Domingo Nigro. Curitiba: Ibplex, 2007. 167p. ISBN 978-85-87053-70-1. Planejamento urbano. 2 Desenvolvimento sustentável- Aspectos sociais. 3. Favelas-Brasil. I. Título.

NORTE ENERGIA; **Projeto Básico Ambiental**; Plano de requalificação urbana, setembro de 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. <http://docplayer.com.br/9192375>. ano da publicação Acesso em 10/04/2018.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SHOR, Tatiana. **Das cidades da natureza a natureza das cidades.** ano

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; ALVES, Jolinda de Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria de Almeida. **Segregação sócio espacial e especulação imobiliária no espaço urbano.** 2015.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico e dialético e a educação.** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

RIBEIRO, Marcelo Gomes: **desigualdades urbanas e desigualdades nas metrópoles brasileiras.** Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 198-230

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** 5º Ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 136 p.

SATHER, Douglas. **Cidades médias e redes urbanas na Amazônia Brasileira: especificidades e desequilíbrios regionais,** instituição e local de publicação, 2012.

SATHER, Douglas; MONTE-MOR, Roberto L; CARVALHO, José Alberto Magno de. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira,** 2009.

SAULE JUNIOR, Nelson. O direito à moradia como responsabilidade do Estado Brasileiro. In SAULE JÚNIOR, Nelson. **Direito à cidade.** Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SCHOR, Tatiana. As cidades Invisíveis da Amazônia Brasileira, instituição e local de publicação , 2013.

SILVA JUNIOR, C.C. **Especulação imobiliária e loteamento irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas – Go.** Revista Mirante, Pirenópolis-Go, V.1, n 2, 2007, p 1-18.

SILVA, Maria Lima da. **A Cidade da Barragem de Belo Monte.** Maria Lima da Silva. - Belém-PA: Gráfica Aquarela e editora, 2016. 200 p.

Souza, Charles Benedito Gemaque; Pereira, Tania Cristina Brunele. **A urbanização no entorno dos grandes projetos da Amazônia: As áreas de risco em Parauapebas-PA.**

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e planejamento urbano para o país-avanco e desafios.** 2006. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio1_raquel12.pdf>. Acesso em julho de 2018.

Yamawaky, Yumi. **Introdução à gestão do meio urbano.** Curitiba: Ibplex, 2011. (Serie Gestão Pública).

APÊNDICES

ENTREVISTA AO PROPRIETÁRIO DO LOTEAMENTO

1. Qual o nome do loteamento?
2. O loteamento é registrado em cartório?
3. Quantos terrenos possuem o loteamento?
4. Quantos terrenos já foram vendidos?
5. Existe coleta de lixo e energia no loteamento?
6. Qual o ano do Loteamento?
7. O loteamento possui saneamento básico?

QUESTIONARIO AOS OCUPADORES

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Profissão: _____

Nacionalidade: brasileiro () estrangeiro ()

Estado civil: Casado () Solteiro () União Estável () Divorciado ()

Endereço: _____

Natural: _____ Estado: _____ Município: _____

Integra alguma associação ou sindicato?

() Sim () Não

Município de residência: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: _____

Reside ou possui algum imóvel rural?

() Sim () Não

Possui outro imóvel urbano?

() Sim () Não

Como adquiriu esta área?

Ocupando () comprando () doado ()

Se comprando ou doado, mas seu antecessor ocupou?

() Sim () Não

3. INFORMAÇÕES DA OCUPAÇÃO

Qual principal motivo de ocupar uma área sem garantia de serviços públicos necessários?

() necessidade de moradia () saída do aluguel

() especulação () emprego

Foi influenciado por algum agente social para (ocupar, receber, comprar) a área que esta residindo atualmente?

amigos familiares

associação sindicato

A área possui título?

sim não

O que diz o órgão público sobre a regularização da ocupação referente ao título?

4. SERVIÇOS PRESTADOS NA OCUPAÇÃO:

Possui coleta de lixo?

sim não

Quantas vezes na semana?

diariamente duas vezes na semana

três vezes na semana todos os dias

Tem agua instalada?

sim não

Possui rede de esgoto?

sim não

Possui colégio?

sim não

Quantos? ()

Existe posto de saúde?

sim não

Quantos? ()

Contempla de energia elétrica?

sim não

Possui área de lazer?

sim não

QUESTIONARIO AOS LIDERES DAS OCUPAÇÕES

Data de preenchimento do questionário: ____/____/2018

1- Qual a associação de bairro que você representa?

2- Qual a localidade de sua comunidade?

3- Como se apresenta a infraestrutura de sua comunidade:

Excelente

Boa

Ruim

4- Se a resposta for ruim, informe o que está faltando para melhorar a infraestrutura.

5- Quais os motivos que ocasionaram a criação da sua comunidade?

6- O que falta no investimento do governo municipal para melhoramento das ocupações da cidade de Vitoria do Xingu?

Praças

Calçadas

Pavimentação dos bairros mais distantes

Escolas próximas das comunidades

Outros

Quais? _____

7- Quais as funções que a maioria dos membros da sua comunidade ocupou na construção da UHE?

08- Moradia, no período da construção da UHE.

Existiam muitas casas disponíveis para os migrantes

Não existiam casas disponíveis para as famílias que chegavam

09- Quais foram às soluções que sua comunidade encontrou para resolver o problema de moradia no momento da construção da UHE?

10- Na atualidade, como sua comunidade enfrenta o problema de habitação?

11- A implantação da Usina trouxe consequência para o meio ambiente urbano e para o morador de Vitória do Xingu?

Sim

Não

12- Se houve, quais foram para o meio ambiente urbano?

13- E para o morador da cidade de Vitoria do Xingu?

14- Sua comunidade participou da elaboração do Plano Diretor de Vitoria do Xingu?

Sim Não

20- Se participou qual sua participação e de sua comunidade?

15- As reivindicações de sua comunidade foram contempladas pelo Plano Diretor?

- Completamente
- Parcialmente
- Não foram contempladas

22- Se não foram contempladas, explique por quê?

16- Atualmente, sua comunidade reivindica o cumprimento do Plano Diretor?

- sim
- não

17- Se a resposta for sim, aponte de que maneira.

18- Quais são as cobranças de sua comunidade para o poder público na implementação do plano diretor na cidade.

19- Quais os projetos de sua comunidade para melhorias coletivas na cidade de Vitória do Xingu?

20- Quais equipamentos urbanos existem em sua comunidade:

- Escolas públicas;
- Hospitais;
- Biblioteca;
- Espaço verde;
- Espaços de lazer
- Outros

Quais

21- Existe Orçamento Participativo na cidade de Vitória do Xingu?

- Sim

() Não

22- Se existe sua comunidade já participou de alguma reunião e quais suas propostas?

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA AUTORIDADES PÚBLICAS DE VITORIA DO XINGU**

a) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE VITORIA DO XINGU

Quais as políticas públicas para as ocupações em torno do igarapé do gelo e da área conhecida como “lixão” que recorta a cidade de Vitória do Xingu, pela Secretaria de Meio ambiente?

Como a interação entre o homem e a natureza no meio ambiente urbano vem sendo trabalhada pela Secretaria?

b) SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

Que estratégias são utilizadas para resolver os problemas de saneamento básico nas áreas periféricas?

Em que se baseia a escolha dos locais para implantação de infraestrutura. Quais as dificuldades para implementação de políticas urbanísticas em consonância com o Plano Diretor (2014)?

O que a secretaria vem fazendo para resolver a falta de equipamentos urbanos nas áreas ocupadas?

O que a secretaria vem planejando para atender a mão-de-obra que ficará desempregada com o final das obras das eclusas da UHE/BELO MONTE?

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.

A referida secretaria já realizou levantamentos sobre as ocupações?

Quais são as ações da secretaria dentro das ocupações da sede do município?